

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

GABRIEL DOMINGUEZ CORDEIRO

A SOCIEDADE DO CONTÁGIO:
SOBRE A PROLIFERAÇÃO DAS IMAGENS E DOS VÍRUS

GUARULHOS

2021

GABRIEL DOMINGUEZ CORDEIRO

A SOCIEDADE DO CONTÁGIO:
SOBRE A PROLIFERAÇÃO DAS IMAGENS E DOS VÍRUS

Trabalho de conclusão de curso exigido como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências
Sociais na Universidade Federal de São Paulo

Área de concentração: Antropologia

Orientadora: Andréa Claudia Miguel Marques Barbosa

GUARULHOS

2021

Cordeiro, Gabriel Dominguez.

Título: A sociedade do contágio: sobre a proliferação das imagens e dos vírus / Gabriel Dominguez Cordeiro. – 2021. – 64 f.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Sociais). – Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Orientadora: Andréa Cláudia Miguel Marques Barbosa.

Título em inglês: The contagion society: on the proliferation of images and viruses.

1. Antropologia Visual. 2. Fotografia documental. 3. Pandemia. I. Barbosa, Andréa. II. A sociedade do contágio: sobre a proliferação das imagens e dos vírus.

GABRIEL DOMINGUEZ CORDEIRO

**A SOCIEDADE DO CONTÁGIO:
SOBRE A PROLIFERAÇÃO DAS IMAGENS E DOS VÍRUS**

Trabalho de conclusão de curso exigido como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências
Sociais na Universidade Federal de São Paulo
Área de concentração: Antropologia
Orientadora: Andréa Claudia Miguel Marques Barbosa

Aprovado em: _____ de 2021

Prof^a. Dr^a: Andréa Cláudia Miguel Marques Barbosa
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

Prof^o. Henrique Zoqui Martins Parra
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

Em solidariedade à todas as vítimas da pandemia

*Dedico especialmente ao meu pai, que na década de
90 teve sua história atravessada e sua vida
interrompida também por um vírus. Permanecem as
imagens, as memórias e as saudades*

Agradecimentos

Aos/às pesquisadores/as, por resistirem em fazer ciência no difícil momento de crise social, sanitária e política.

À Andrea Barbosa, exprimo os meus mais sinceros e afetuosos agradecimentos não só pela orientação nesse trabalho, mas também pelo acolhimento desde o início da graduação. Agradecimento que estendo aos amigos e amigas do Grupo de Pesquisa Visuais e Urbanas (VISURB), minha trajetória na universidade e na imagem se tornou muito mais significativa e transformadora por conta de vocês.

Ao corpo docente, servidores/as e trabalhadores/as da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), por compartilhar e tornar o conhecimento possível e acessível, em especial aos/às generosos/as: Uirá Garcia, Davisson Cangussu de Souza, Mauro Rovai, Lindomar Albuquerque, Júlio Barroso, Maria Fernanda Lombardi, Márcia Consolin, Édson Teles, Humberto Alves e Henrique Parra. De outros *campi* da UNIFESP, não poderia deixar de agradecer Joana Barros e Gustavo Prieto do campus Zona Leste, bem como, Renan Quinalha e Ana Carolina Chasin do campus Osasco.

À Sabrina Tavares, Igor Sganzerla, Lara Freitas, Karen Montija e Luanna Nascimento, minha mais profunda gratidão por permanecerem próximos/as, jamais teria conseguido sem vocês.

Aos/às amigos/as da turma de 2016, em especial Gabriela Carvalho, Dennise Brito, Eduarda Monteiro, Matheus Malimpenso e Jade Soares. Vocês são cientistas sociais inspiradores.

Por fim, à minha família em Santa Catarina e São Paulo, mesmo depois de tantas passagens por universidades nos mais diversos campos do conhecimento, vocês continuaram me apoiando até eu me encontrar. E eu me encontrei.

“Na política e na vida, imagens importam”

Tiago Amparo

Resumo

No final do ano de 2019, o governo da China alertou a Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o surgimento de um vírus respiratório potencialmente letal e até então pouco conhecido pela comunidade científica. Em razão da sua rápida proliferação e infecção descontrolada que já atingia todos os continentes, em 11 de março de 2020 se iniciou oficialmente a pandemia do novo coronavírus SARS-CoV-2. Após pouco mais de um ano do seu início, o Estado brasileiro desempenha uma estratégia de enfrentamento criminosa e passa dos 300 mil mortos em decorrência da doença infecciosa causada pelo vírus, a Covid-19. Diante desse cenário, o país vive uma profunda crise social, sanitária, política e econômica. Dessa forma, busca-se compreender por meio da linguagem visual, quem são as principais vítimas da pandemia e de que forma são representadas através da fotografia documental. Para isso, a pesquisa também se ampara nas ferramentas conceituais de biopoder e precariedade, propostas por Michel Foucault e Judith Butler. Objetiva-se, ainda, refletir como a fotografia – em momento de isolamento social e banalização da morte – exerce importante função que documenta a barbárie e conduz o luto coletivo para transformação política.

Palavras-chave: Antropologia Visual. Fotografia Documental. Imagem. Vírus. Poder. Pandemia. Covid-19. Luto.

Abstract

At the end of 2019, the government of China alerted the World Health Organization (WHO) about the emergence of a potentially lethal respiratory virus, which was little known by the scientific community until then. Due to its rapid proliferation and uncontrolled infection that had already reached all continents, in March 11th, 2020, the pandemic of the new coronavirus SARS-CoV-2 officially began. A little more than a year after its beginning, the Brazilian State has been adopting a criminal coping strategy and it's approaching the 300 thousand deaths due to the infectious disease caused by the virus, Covid-19. In the face of this scenario, the country is experiencing a deep social, health, political and economic crisis. This way, we seek to understand through visual language, who are the main victims of the pandemic and how they are represented through documentary photography. For this, the research is based on the conceptual tools of biopower and precariousness, proposed by Michel Foucault and Judith Butler. It also aims to reflect how photography – at a time of social isolation and trivialization of death – plays an important role that documents barbarism and leads collective mourning to political transformation.

Keywords: Visual Anthropology. Documentary Photography. Image. Virus. Power. Pandemic. Covid-19. Grief.

Sumário

Introdução.....	11
1. A fotografia como documento da barbárie.....	15
2. Pelo direito de respirar	18
2.1. O Estado febril	18
2.2. Fotografia biopolítica.....	20
2.3. Fotografia precária	31
3. Pelo direito de [en]lutar.....	43
3.1. Fotografia, dor e luto.....	43
3.2. Fotografia estético-política	50
4. Conclusão que não se encerra	55
Referências bibliográficas	57

Introdução

No ano de 2018, um artigo publicado na revista *Science* intitulado *The Global Virome Project*, alertou para que as iniciativas públicas e privadas criassem estratégias de viabilizar investimentos em escala global que visassem identificar vírus potencialmente zoonóticos¹. De acordo com o estudo, 111 famílias virais eram conhecidas até a data da publicação, 25 delas infectam ou têm risco substancial de infectar pessoas e, apenas nessas 25 famílias, a estimativa é que existam 1,67 milhões de vírus desconhecidos, sendo que segundo os/as cientistas, até 827 mil vírus provavelmente têm a capacidade de infectar pessoas (CARROLL et al., 2018).

Apesar dos números preocupantes o artigo foi recebido com certa indiferença por setores da comunidade científica que rejeitaram o alarde, algumas respostas argumentaram que são raros os vírus que realmente cruzam as eficazes barreiras biológicas para infectar humanos, e se conseguem, dificilmente assumem caráter epidêmico, pois, há muitos fatores que precisam se alinhar para que os vírus se espalhem e se estabeleçam entre as pessoas (KATSNELSON, 2020). Infelizmente, pouco mais de dois anos depois da publicação do estudo na revista *Science*, os muitos fatores se alinharam e o mundo vive as consequências de uma pandemia.

No momento em que finalizo este texto – março de 2021 – o Brasil é o epicentro da pandemia no mundo e vive seu pior momento desde que se iniciou o surto. Quase 300 mil brasileiros/as perderam a vida para a Covid-19. Os casos diagnosticados no país ultrapassam os 11,5 milhões segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS)². No mundo, os números impressionam, são mais de 2,5 milhões de mortes que continuam em ascensão principalmente na Região Américas, a qual concentra praticamente a metade das mortes e dos casos confirmados em todo o planeta³, puxados principalmente pelo Brasil e Estados Unidos.

De acordo com o painel desenvolvido pela Universidade Johns Hopkins⁴ que acompanha o surto em todos os continentes, o Brasil é o segundo país com maior número de casos e óbitos. Se considerar apenas o ano de 2020, foram registradas mais de 194 mil mortes em decorrência da Covid-19, o que a torna a maior causa de óbito anual por uma única doença desde 1979, quando o Ministério da Saúde começou a contabilizar essas informações e disponibilizar através do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM)⁵.

¹ Doenças que passam de animais para seres humanos

² (“WHO Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard”, [s.d.])

³ (“Folha informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde”, [s.d.])

⁴ (HOPKINS, [s.d.])

⁵ (“DATASUS - SIM - Sistema de Informação sobre Mortalidade”, [s.d.])

Levando em consideração esse triste contexto, em que a banalização da morte atingiu proporções inimagináveis, onde vidas e singularidades foram reduzidas a recordes numéricos, Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2020), advertem que toda doença além de contar uma história, é também e sobretudo um evento social. Neste sentido, a pandemia do novo coronavírus SARS-CoV-2 se transformou não só em um transtorno sanitário, ela escancarou problemas políticos, culturais e econômicos que desencadearam uma crise social de enorme complexidade.

O vírus certamente é um organismo que não faz distinções de classe e circula por toda a pirâmide social, um estudo feito por pesquisadores/as da Fiocruz mostra através de um mapeamento que o patógeno entrou no Brasil por pessoas infectadas vindas de países considerados centrais para economia capitalista⁶. A questão é que fatos como esse somados a outros como os colapsos de sistemas de saúde e funeral, os quais se iniciaram por países que se esperava melhores condições para enfrentar a pandemia, como a Itália, Espanha e Estados Unidos, contribuíram para construção de uma narrativa de igualdade, onde todas as pessoas, classes e nações estariam suscetíveis aos mesmos riscos; “estamos todos no mesmo barco” talvez tenha sido a alegoria mais usada para se referir aos impactos da crise. Tal expressão seguramente não condiz com a realidade, os últimos meses já mostraram que as vítimas pertencem a camadas específicas da sociedade historicamente marginalizadas e vulnerabilizadas, além disso, as dinâmicas de mercado e do capital se impõem também em momentos de crise na saúde. Um exemplo que ilustra muito bem o ponto: os países mais ricos centralizaram e compraram praticamente toda a produção de vacina (BERTONI, 2020), relegando as nações da periferia do capitalismo apenas pequenas parcelas do único fármaco capaz de criar imunidade contra o vírus.

Dito isso, para entender de que forma a pandemia atingiu formas de vida, interrompeu fluxos cotidianos e criou um estado de anomia social, essa pesquisa articula pensadores/as de áreas distintas das ciências sociais, situa-se no campo da antropologia visual e utiliza as imagens fotográficas como objeto de análise. Desde que a infecção descontrolada do vírus Sars-CoV-2 se tornou uma pandemia em 11 de março de 2020⁷, estamos exaustivamente expostos a imagens do surto, elas monopolizam a mídia e os meios de comunicação, na televisão, *sites*, jornais, revistas, redes sociais etc.; difícil não se deparar diariamente com alguma imagem relacionada

⁶ “Pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) que trabalham no sequenciamento do genoma do novo coronavírus (covid-19) descobriram que as cepas que circulam no Brasil se assemelham às encontradas na Europa, na América do Norte e na Oceania. A descoberta indica que o patógeno que causa a covid-19 entrou no país por diversos pontos.” (NITAHARA, 2020)

⁷ Data oficial de início da pandemia de segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS)

a pandemia da Covid-19. Além do mais, nas condições em que a reprodutibilidade técnica⁸ rompeu fronteiras de circulação da imagem devido ao desenvolvimento das tecnologias móveis de comunicação e de produção audiovisual, não só a mídia profissional de conteúdo como também grande parte da população se tornou produtora e disseminadora de imagens e informações.

Assim, as fotografias produzidas nesse contexto se tornaram terreno fértil para uma reflexão que admite a imagem como um dos elementos indispensáveis na construção de narrativas sociais. Ao empregar as imagens para re(a)presentar fenômenos, entende-se que elas são expressões de um complexo arranjo social e que, logo, permitem pensar e articular significados, “podem revelar dados fundamentais sobre nossa própria sociedade e nosso modo de pensar” (BARBOSA; CUNHA, 2006, p. 40). Como escreveu Didi-Huberman, elas adquirem centralidade nos debates contemporâneos pois

Nunca a imagem se impôs com tanta força em nosso universo estético, técnico, cotidiano, político, histórico. Nunca mostrou tantas verdades tão cruas; nunca, sem dúvida, nos mentiu tanto solicitando nossa credulidade; nunca proliferou tanto e nunca sofreu tanta censura e destruição. (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 208)

Dessa forma, há nas imagens uma capacidade de canalizar, mensurar e mostrar a dimensão de um acontecimento, mas não só, segundo Didi-Huberman (2012), elas são indomáveis justamente por serem feitas de lacunas e intervalos assim como de coisas observáveis, elas tornam visíveis também o contraditório e as sobrevivências que afetam cada acontecimento, pessoa ou objeto. Por isso imagens não são imediatistas e nem tão fáceis de entender, estão muito além de um simples recorte de uma determinada realidade, “é uma impressão, um rastro, um traço visual do tempo que quis tocar, mas também de outros tempos suplementares” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 207).

Para a realização deste estudo, optou-se por uma pesquisa ancorada no método bibliográfico e na exploração das imagens para o desenvolvimento do texto monográfico. Ciente do quão vasto é o campo da imagem, priorizou-se em realizar análises a partir de

⁸ Segundo Walter Benjamin, após o surgimento de novas técnicas de reprodução mecânica da arte, como a fotografia e o cinema, a recepção das obras de arte pela sociedade foi profundamente transformada. A arte, então, perde o caráter de “aura” – sua autenticidade ou particularidade única – e passa a ter outra função social, menos subjetiva e mais política; podendo ser usada tanto para fundamentar regimes políticos autoritários como para superá-los e questioná-los. (BENJAMIN, 2018)

fotografias documentais⁹, feitas durante a pandemia no Brasil por fotógrafos profissionais ou amadores e que circulam abertamente nos veículos de imprensa e nas redes sociais.

De acordo com Roland Barthes (1984), a fotografia carrega em si a força da constatação, no entanto, seja lá o que for que ela dê a ver, é sempre invisível, nunca é ela que se vê, pois a foto incide principalmente no tempo, e, como completa Etienne Samain (2012), participa de histórias e de memórias que a precedem. É neste sentido que as fotografias servirão de fio condutor dessa pesquisa e como método de investigação, já que, “basta prolongar o tempo de um olhar posto sobre ela, sobre sua face visível, para logo descobrir que a imagem nos leva em direção a outras profundidades, ou trás estratificações, ao encontro de outras imagens” (SAMAIN, 2012, p. 34).

Por fim, como objetivo, uma vez que a pandemia adquiriu grande potencial analítico ao exteriorizar problemas que podem ser compreendidos à luz das teorias sociais, discutirei como a crise sanitária pode ser entendida como um dispositivo¹⁰ de poder que mobiliza sentidos entre a vida e política, acentua as relações de dominação que vulnerabilizam corpos precários e atua na produção de exclusões e mais violências a determinadas formas de vida. Para isso, os aparatos teóricos propostos por Michel Foucault e Judith Butler – biopoder e precariedade – fornecem um modelo explicativo científico para uma discussão crítica a respeito do surto viral.

Proponho também reflexões acerca da fotografia documental, será que ela tem esse poder de representação inquestionável da realidade? A hiper saturação das imagens na qual estamos submetidos/as – muitas delas nos apresentam o caos e o drama da pandemia de forma bastante nítida e com certo esmero técnico: bom enquadramento, composição e produção – são capazes de demonstrar os horrores e o sofrimento da produção da morte em massa, ou ainda, produzir algum tipo de reflexão política e transformadora?

⁹“Fotografia documental é um gênero da fotografia atrelado à noção do real, uma imagem que atua como registro de determinado evento, situação, local, indivíduo ou grupo. A estética documental parte da realidade para compor testemunhos sobre um tema social e histórico, descrever condições humanas ou territoriais e constituir uma imagem realista crítica.” (“Fotografia documental | Enciclopédia Itaú Cultural”, 2021)

¹⁰ Dispositivo em termos foucaultianos, trata-se de uma rede de elementos heterogêneos e dispersos que são rearticulados, reinventados e reajustados em níveis essencialmente estratégicos de acordo com as circunstâncias. Podem mobilizar discursos, saberes, imagens, decisões, leis, medidas, ciência, moral etc. Em síntese, o dito e o não-dito (FOUCAULT, 1979).

1. A fotografia como documento da barbárie

“A Vida / a Morte: o paradigma reduz-se a um simples disparo, o que separa a pose inicial do papel final.”

Roland Barthes



Figura 1 – Manaus-AM, maio de 2020 – Foto: Bruno Kelly

A pandemia da Covid-19 tem disponibilizado ao campo fotográfico imagens impressionantes, capazes de desencadear as mais diversas emoções e interpretações. A imagem ao lado, do fotógrafo manauara Bruno Kelly, considero ser o exemplo de fotografia que comumente suscita sentimentos de tristeza, choque etc., em quem a observa, cria uma desordem na tensa

relação entre fotógrafo/a, fotografia e espectador/a. A cidade de Manaus, por dois momentos desde que se iniciou a pandemia¹¹, proporcionou imagens dramáticas e cruéis como essa: a produção de morte em série, trabalhadores/as uniformizados/as, o trator como um maquinário empregado na linha de produção para resolver a alta na demanda de trabalho. Esse talvez tenha sido o tipo de fotografia que mais circulou nesses últimos meses de crise sanitária, planos abertos (muitas vezes via drone) em cemitérios com milhares de novas valas abertas para dar conta das previsíveis mortes pela Covid-19.

Para iniciar uma reflexão sobre a crise social e sanitária através das imagens, me questionei sobre utilizar esse tipo de fotografia e se elas poderiam me levar pelos caminhos que me propus nessa pesquisa. Segundo Barthes (1984), existem fotografias que já estão prontas para a crítica ao atender as premissas do “militantismo”, é mais fácil ser crítico/a com o que já está apto para a crítica. Susan Sontag (2003), por sua vez, sugere que as exigências do mercado fotográfico fazem do choque a normalidade, para ela, o/a mais bem sucedido/a fotógrafo/a será aquele/a com a maior capacidade de chocar o/a espectador/a. Walter Benjamin (2018), questiona como a fácil reprodutibilidade técnica da fotografia é paradoxal, embora seja

¹¹ Primeira cidade brasileira a colapsar seus sistemas de saúde e funerário entre março e junho de 2020. Passou novamente pela mesma situação no começo de 2021, na segunda onda da pandemia (BERTONI, 2021a).

reproduzida e repetida exaustivamente, ela tende a “anestesiá” o aparelho sensorial resultando no esquecimento. Já Didi-Huberman (2012) – inspirado também em Walter Benjamim – diz que a imagem, assim como qualquer forma de linguagem, pode se tornar apenas um clichê visual que nos leva a outros clichês interpretativos e linguísticos.

Ora, essa pesquisa não tem pretensão de hierarquizar as melhores ou mais aptas imagens para um trabalho crítico, como afirma Barthes (1984), a leitura de uma imagem ou fotografia, mesmo que circule publicamente, será sempre uma leitura privada. Seria um esforço contraproducente criar categorias nesse momento, dado que não é possível chegar a um único significado de uma imagem fotográfica (BARBOSA et al., 2016). Por esse viés, nenhuma fotografia está livre dos seus clichês, da sua capacidade de chocar ou de uma possível facilidade em construir crítica, isso dependerá de todo um complexo arranjo que vai para além do/a espectador/a que a observa, algumas variáveis dessas tentarei abordar no decorrer do texto.

Da mesma maneira, não há nessa pesquisa uma vontade de suprimir a violência da imagem, uma fotografia pode ser violenta não só quando mostra literalmente as violências, mas também quando as recusa, quando se escolhe um enquadramento em detrimento de outro, quando estigmatiza, quando silencia etc. “No fundo, a fotografia é subversiva, não quando aterroriza, perturba ou mesmo estigmatiza, mas quando é pensativa.” (BARTHES, 1984, p. 62)

Assim, diante dos vastos caminhos interpretativos que a imagem oferece, as próximas fotografias que sucederão este trabalho não re(a)presentarão a pandemia nos enquadramentos que considero hegemônicos na mídia, aqueles que priorizam cemitérios, valas, caixões, ou, pela sua força de evidência, como aponta Barthes (1984). Isso não se justifica por não acreditar no potencial crítico que determinado estilo de fotografia produz, compartilho do entendimento que toda imagem é uma forma que pensa, que nos oferece algo para pensar e é parte da matriz comunicacional que rege o pensamento (SAMAIN, 2012). Independentemente das vontades individuais, a imagem é um artefato cultural e assim sendo, é parte do arquivo e da memória coletiva de uma sociedade, um documento do momento ímpar e histórico que atravessamos e que devem ser preservadas a todo custo; para que possam ser ativadas, lidas, revisitadas, exploradas de maneiras diferentes nos próximos anos e décadas.

Apoio-me, então, na ideia que ao se utilizar dos enquadramentos mais comuns e tradicionais, entendo ser uma forma de narrar a história pelo viés dominante, aquele que passou pelo filtro estatal e da indústria cultural¹²; faz parte daquilo que Walter Benjamin (2018) e

¹² Conceito criado por Theodor Adorno e Max Horkheimer na obra *Dialética do esclarecimento*. Segundo os autores, a cultura e a arte foram apropriadas pela máquina capitalista e transformadas em mercadoria, tal processo

Jacques Rancière (2005) – autores que apesar de divergirem sobre alguns entendimentos da arte fotográfica – identificam como sintoma de uma certa estetização da política, quando ela se torna uma tecnologia eficaz para controle e poder dominante.

Assim sendo, tenciono colocar a fotografia documental em diálogo com outras teorias e dados que nos permitam pensar a imagem, a pandemia e o contexto social de uma forma dialética; isto significa, tal como sugeria Benjamin, narrar a história a contrapelo, através do enquadramento dos/as oprimidos/as e invisíveis, pessoas que na maioria das vezes, tem suas histórias contadas pelo viés dos “vencedores”. (BENJAMIN, 2020)

tende a padronizar e banalizar qualquer expressão artística com objetivo de diminuir a reflexão crítica, e, conseqüentemente, tornam-se um instrumento de dominação e poder (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Essa pesquisa não se aprofundará no conceito proposto por Adorno e Horkheimer, no entanto, entendo que integram a Indústria cultural atualmente, os veículos de entretenimento e imprensa hegemônicos, que dominam não só os canais de televisão, mas também a internet, redes sociais etc., e atuam como grandes difusores da imagem e da fotografia documental.

2. Pelo direito de respirar

“É claro que séculos de necropolítica deram ao Estado brasileiro certas habilidades. Ele sabe que um dos segredos do jogo é fazer desaparecer os corpos. Você retira números de circulação, questiona dados, joga mortos por coronavírus em outra rubrica, abre covas em lugares invisíveis [...]. Ou seja, a velha arte de gerir o desaparecimento que o Estado brasileiro sabe fazer tão bem.”

Vladimir Safatle¹³

2.1. O Estado febril

Ronaldo Entler (2012) considera que toda imagem é portadora de um pensamento onde se articula autor/a, cultura, sociedade, e, principalmente, a imagem é composta por um universo de presenças descontínuas e lacunas, ela é resultado de determinações e vontades assim como de acidentes e recalques. Para Entler, a fotografia vive de forma intensa esses extremos, onde o olhar do/a espectador/a pode encontrar direções precisas assim como caminhos obtusos. Ela é uma linguagem na qual os signos, símbolos e códigos tendem a sobrar, nem mesmo as imagens tidas como técnicas e documentais que pautam essa pesquisa, fogem a esse impasse.

Foi por esse prisma – pela força da simbologia e dos códigos – que a foto de Victor Moriyama possibilitou um caminho de análise que me fez questionar quem são os alvos privilegiados da atual crise social. Uma cena que parece corriqueira durante a pandemia, termômetros a laser medem a temperatura das pessoas para o controle de acesso a locais fechados, se indicar estado febril – um dos sintomas de uma possível infecção pelo coronavírus – a pessoa é impedida de entrar no local. Os corpos se tornaram a chave para circulação na pandemia. Se por um lado, sobre sua face visível, a fotografia demonstra aplicabilidade de medidas que mitigam a circulação do vírus,



Figura 2 – São Paulo, junho de 2020 – Foto: Victor Moriyama

¹³ Em texto intitulado O estado suicidário (SAFATLE, [s.d.]

como o uso de máscaras por todos/as que compõem a cena e o aferimento da temperatura. Por outro lado, se nos deixarmos levar pelas suas lacunas simbólicas, os termômetros que parecem armas de fogo, portados provavelmente por bombeiros civis fardados e apontados em direção à cabeça das pessoas, a fotografia passa a apresentar outra camada, expressa agora o sintoma de um Estado febril e doente que coloca na mira do vírus a sua própria população. O Estado que escolhe em meio a pior crise de saúde pública da sua história¹⁴, promover a mais radical mudança nas leis brasileiras de importação de armas de fogo¹⁵, ao invés de um radical enfrentamento à pandemia importando vacinas¹⁶, sabe que a consequência é a perda de vidas, indo além, sabe muito bem quais são os corpos que morrem e os que escolhe invisibilizar.

No livro *A bailarina da morte*, Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2020) analisam a conduta brasileira diante da primeira pandemia da modernidade – a gripe espanhola – que atingiu o país em 1918. As autoras afirmam que assim como naquela época, a pandemia da Covid-19 mostra como o Brasil não sabe lidar com o ritual da morte, afinal, se procura obstinadamente não ver as consequências para fugir de um enfrentamento eficiente (SCHWARCZ; STARLING, 2020). Tal afirmação evidencia um possível despreparo, talvez fruto de uma ingenuidade política aliada ao negacionismo científico, característico e manifesto no atual quadro político nacional. Variáveis como essas certamente estão presentes na ordenação de qualquer crise social, no entanto, como afirma Boaventura de Souza Santos, crises sociais quando tornadas permanentes atendem a determinados objetivos (SANTOS, 2020).

Se os serviços públicos estavam mais bem preparados para enfrentar uma pandemia há dez ou vinte anos atrás (SANTOS, 2020), se mesmo após mais de um ano do primeiro caso notificado no Brasil, os/as gestores/as ainda insistem em se opor a tudo aquilo que a comunidade científica demonstrou ser eficaz no combate ao vírus (BERTONI, 2021c; CRUZ, 2021), entendo como insuficiente classificar como despreparo ou incompetência o que demonstra ser deliberadamente um projeto político e de Estado.

A pandemia normalizou e acentuou violências, exclusões e assujeitamentos entre os/as que merecem viver e os/as que não merecem, expandindo-os para todos os domínios da vida. Nesse contexto conturbado, considero haver uma complementariedade conceitual entre os

¹⁴ Em edição do Boletim Extraordinário do Observatório Covid-19 de 16 de março de 2021, pesquisadores da Fiocruz apontam que o Brasil passa pelo maior colapso sanitário e hospitalar da sua história. (CASTRO, 2021)

¹⁵ O Governo de Jair Bolsonaro, no começo de 2021 em um dos piores momentos da pandemia no país, baixou decretos que facilitam a importação e aumentam quantidade armas de fogo que uma pessoa pode ter sob sua propriedade, além de outras medidas que dificultam o rastreamento de munições e facilitam o porte. (BERTONI, 2021b; CHARLEAUX, 2021; GAGLIONI, 2021)

¹⁶ Em agosto de 2020, o Governo de Jair Bolsonaro recusou a oferta de 70 milhões de doses de vacina do laboratório farmacêutico Pfizer. Vacina comprovadamente eficaz e já amplamente aplicada em diversos outros países. (CARVALHO; CANCIAN, 2021)

caminhos do biopoder e o da vida precária, propostos por Michel Foucault e Judith Butler, intelectuais conhecidos por questionar as normatividades impostas por aquela que se tornou a sociedade da norma. Condição que ficou evidente no decorrer da pandemia com a naturalização da violência e da morte.

Através dos aparatos conceituais de Foucault e Butler, é possível pensar a pandemia e a política atual no seu foco privilegiado, os corpos, vistos aqui como chaves para circulação social. Como bem disse Boaventura de Souza Santos (2020), em momentos como esse que se faz necessário aprofundar a análise sob a perspectiva daqueles/as que antes mesmo da chegada da Covid-19 já viviam uma “quarentena” discriminatória, onde suas vidas eram restringidas por modos de dominação¹⁷ e relações de poder, que foram ainda mais intensificados de acordo com marcadores sociais como raça, etnia, gênero, geração, classe econômica e territorialidades.

2.2. Fotografia biopolítica

Voltando ao pensamento de Ronaldo Entler, o autor afirma que a imagem é um lugar de articulações mas também de conflitos, “nela se cruzam autores, uma sociedade, um momento histórico, uma técnica, o objeto da representação e tantos outros olhares dedicados a ela ao longo do tempo e, assim, outras sociedades etc.” (2012, p. 133). A pandemia do SARS-CoV-2 talvez seja o momento de maior relevância social e histórica das últimas décadas, certamente marcará toda uma geração, dessa forma, suas representações imagéticas não deixariam de “mostrar” os/as agentes desse momento, da sociedade, do poder.

Nesse contexto, um dos momentos que julgo ser relevante e que mudou o curso de algumas reflexões dessa pesquisa, ocorreu quando começou a campanha de vacinação no Brasil pelo estado de São Paulo no dia 17 de janeiro de 2021¹⁸. Ao me deparar com a primeira fotografia a ser veiculada pelo governo paulista e que também ocupava grande espaço na capa do *site* jornal Folha de São Paulo, além de ser exaustivamente reproduzida por outros meios de comunicação, foi possível nela reconhecer diversos elementos e referências que fogem a um sentido comum, ou ainda, como adverte Barthes (1984), algo que nela incita a desconfiar do que se julga ver. Essa é a riqueza e a singularidade da imagem, por vezes, uma só fotografia é

¹⁷ Boaventura de Souza Santos (2020) afirma que a sociedade contemporânea ainda vive sob as rédeas de três principais modos de dominação que se articulam: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. (SANTOS, 2020)

¹⁸ (“Primeira vacinada do país, enfermeira Mônica Calazans ajuda a salvar vidas em SP”, 2021)

capaz de mapear todo um complexo arranjo de significações, hierarquias, estereótipos, papéis sociais, relações de poder, etc. (BARBOSA et al., 2016)



Figura 3 – São Paulo, janeiro de 2021 – Fonte: Site do jornal Folha de São Paulo

A foto da primeira pessoa a ser vacinada no Brasil, a enfermeira Monica Calzanas, é o que pode ser identificado como uma estética política, a imagem que tem potencial de funcionar como vetor daquilo que se deve pensar a respeito. Com base nesse entendimento, a fotografia representa uma grande conquista, significa enfim, o início da imunização em um país referência histórica no que diz respeito a campanhas de vacinação, mas que até então adotou estratégias ineficazes para aquisição do fármaco. É também a exaltação da figura política que se pautou minimamente pela ciência ao liderar o processo de compra da vacina, dada a inoperância do Ministério da Saúde. Da mesma forma, demonstra certo compromisso social na escolha simbólica de uma profissional da saúde, mulher e negra, principais profissionais na linha de frente no combate a Covid-19.

Barthes (1984) reconhece como *punctum* fotográfico aquilo que têm a propriedade de provocar, algo como um ponto extracampo da imagem que estimula ao mesmo tempo que fere, sobrepõe, mortifica; que se oferece para além daquilo que dá a ver. Diante das inúmeras referências e possibilidades para uma leitura imagética do dia que se iniciou a vacinação, a interpretação que mais me inquietou, norteou-me a refletir sobre os papéis sociais, os espaços de poder, conduziu-me para as relações de dominação, para o campo que a pandemia tornou ainda mais fecundo: o exercício do biopoder.

Michel Foucault (2012) apresenta o conceito de biopoder como uma organização de micro-poderes sobre a vida humana, surgiu à medida que deixou de vigorar na sociedade o tipo de poder soberano, entendido como um poder negativo que exercia o direito de causar a morte

ou deixar viver. O biopoder nasce como um complemento positivo, uma inversão da morte pela vida, um poder que se exerce para administrar e prolongar a existência humana.

Esses poderes atuam principalmente em dois polos interligados: o primeiro é centrado nos indivíduos com objetivo de disciplinar o corpo humano; o segundo é focado na população por meio de intervenções e controles reguladores que o autor denomina como biopolítica. Essas técnicas de poder são, então, fruto de um processo histórico que levou a uma espécie de estatização biológica dos seres humanos, ou seja, passou para o controle do Estado um “poder que se incumbiu tanto do corpo quanto da vida da população” (FOUCAULT, 1999, p. 302).

Ao se tornar responsável por gerir a vida das pessoas, o poder político se impôs através da disciplina e da biopolítica. A primeira técnica – como dito, em um nível mais individual – passou a “disciplinar o corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos” (FOUCAULT, 2012, p. 130). Desempenharam historicamente essa função escolas, hospitais, exércitos, prisões etc., não por acaso, instituições que retornaram ao centro de debate durante a pandemia. Já a biopolítica, passou a operar no sentido de viabilizar a existência coletiva da população, ao controlar as taxas de natalidade e mortalidade através de políticas estatais que vão desde a atenção às condições sanitárias, passando por controle de infecções e contaminações, como também por aspectos da segurança pública.

Segundo Foucault (2012), as práticas de biopoder foram fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo, ao passo que garantiu a integração controlada dos corpos e dos fenômenos da população aos processos econômicos e de produção. Ao se desenvolver saberes a respeito da saúde e da vida, ao se empreender melhorias nas técnicas que visam a sobrevivência, se afastou a iminência da morte e se manteve os corpos produtivos. A vida e a morte, com todos seus mecanismos, entraram para esfera dos cálculos explícitos. Assim, o biopoder é definido como uma série de tecnologias de poder que operam entre “o direito de fazer viver e de deixar morrer” (FOUCAULT, 1999, p. 287).

Retornemos a Figura 3, ela nos apresenta agora possibilidades para justapor referências. A cena que foi eternizada pela fotografia, pode ser interpretada como um momento histórico para o exercício positivo da biopolítica. Apesar de todas as dificuldades impostas pela pandemia, nunca se produziu uma vacina capaz de preservar a saúde do corpo social em tão pouco tempo. O processo é conhecido por ser complexo e rigoroso, muitas vezes demoram-se décadas para se produzir um imunizante eficaz. Há de se reconhecer, houve um esforço

conjunto de pesquisadores/as, universidades, laboratórios, iniciativa privada e pública que renderam frutos extraordinários para ciência e para humanidade. (CHRISTENSEN, 2021)

Entretanto, a fotografia assim como a sociedade vive de modo turbulento suas ambiguidades que nem sempre são expressas na sua face mais visível. Tomo como exemplo a primeira pessoa a ser vacinada contra Covid-19 no Reino Unido, Margaret Keenan de 90 anos, em dezembro de 2020. Provavelmente o/a leitor/a tenha se deparado com a foto desse momento, circulou por todos os veículos de imprensa e redes sociais acompanhada do texto que indicava ser a primeira vacinada contra a Covid-19 no mundo¹⁹. Porém, Margaret não foi a primeira pessoa a ser imunizada, em agosto de 2020, a China já havia aplicado a primeira vacina contra a Covid-19, em dezembro de 2020 quando rodou o mundo a imagem do momento da vacinação no Reino Unido, já eram mais de um milhão de pessoas vacinadas no país asiático (BARIFOUSE, 2020).

Algumas reportagens veiculadas posteriormente retificaram a notícia, no entanto, a proliferação da informação errada associada a imagem, funcionaram como elementos relevantes para construção de uma narrativa que objetiva o poder. Ao se articular múltiplas linguagens que transcendem a escrita e a verbal, incluindo o campo visual, se atribuiu ao Reino Unido a virtude de grande potência econômica e cultural, referência em saúde pública e um modelo de gestão de Estado. Etienne Samain (2012) diz que as imagens, assim como toda representação das coisas do mundo, são parciais. Nesse caso, ao oferecer a evidência visual do poderio econômico britânico, a fotografia ajudou a criar a narrativa que inflou e deu sobrevida a ideologias e estratégias políticas questionáveis como o Brexit. (EURONEWS, 2020; SARMENTO, 2020)

É com base nesse raciocínio que a foto do início da campanha de vacinação no Brasil oferece outros caminhos de análise. Ela por si só já funciona como uma operação de poder, não por acaso, o logo do Governo do estado de São Paulo figura com destaque no centro da imagem, a foto foi divulgada em um contexto de intensa disputa de poder político entre o Governador João Dória e o Presidente da República Jair Bolsonaro, que por sua vez, mesmo agindo deliberadamente contra a vacinação, proferindo falas preconceituosas em relação a vacina produzida em parceria com laboratórios chineses²⁰, atuava nos bastidores para que a campanha iniciasse através do Ministério da Saúde. Consequentemente, assim como no caso do Reino Unido, a disputa também se deu no campo da imagem, afinal, é importante para o jogo e para o cálculo político ser visto e notabilizado como o precursor da vacinação no país.

¹⁹ (“10 momentos inspiradores da década”, 2020)

²⁰ Ver mais em (UOL, 2020; “Veja 10 vezes em que Bolsonaro criticou a CoronaVac”, 2021)

Barthes (1984) sugere, se uma foto o/a perturba, se permita demorar, permanecer diante dela, certamente surgirão mais questões com capacidade de aprofundá-la. Desse modo, exploremos um pouco mais a Figura 3, na sua aparente mensagem positiva induzida pelo poder estatal e a mídia hegemônica, talvez fique em segundo plano os perceptíveis conflitos raciais e de gênero, marcadores de fundamental importância para entender a realidade brasileira. Para Benjamin (2018), mesmo que a imagem sirva para estetização da política ao conduzir pelos caminhos que “anestesia” a memória e facilitam que se esqueça a barbárie, ela é dialética no sentido que, a mesma câmera que reproduz a narrativa de uma classe dominante, oferece uma pequena porta capaz de produzir engajamento, crítica e transformação a favor das classes historicamente oprimidas.

Assim, se anteriormente a Figura 3 nos atentou para o exercício positivo do biopoder, ao se inverter a lógica dominante que induz como se deve interpretar o que tal fotografia representa, algumas outras reflexões importantes surgem sobre o lado negativo desse tipo de poder.

De acordo com Foucault (1979, 1999, 2012), existem paradoxos que atravessam o exercício de um poder que tem como objeto a vida humana e a governamentalidade, o

excesso de biopoder aparece quando a possibilidade é técnica e politicamente dada ao homem, não só de organizar a vida mas de fazer a vida proliferar, de fabricar algo vivo, de fabricar algo monstruoso, de fabricar – no limite – vírus incontroláveis e universalmente destruidores. [...] Como um poder como este pode matar, se é verdade que se trata essencialmente de aumentar a vida, de prolongar sua duração, de multiplicar suas possibilidades, de desviar seus acidentes, ou então de compensar suas deficiências? Como, nessas condições, é possível, para um poder político, matar, reclamar a morte, pedir a morte, mandar matar, dar a ordem de matar, expor a morte não só seus inimigos mas mesmo seus próprios cidadãos? Como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer? Como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopoder? (FOUCAULT, 1999, p. 303-304)

Para a manutenção das relações econômicas e de produção, as técnicas de poder agem em todas as camadas do corpo social, são sofisticados mecanismos que foram e ainda são “investidos, colonizados, utilizados, subjugados, transformados, deslocados, desdobrados” (FOUCAULT, 1979, p. 184) em novas técnicas e táticas para o exercício do poder, criam hierarquizações e segregação, acentuam relações de dominação e a hegemonia de determinados grupos humanos perante outros (FOUCAULT, 2012). Ainda na década de setenta, Foucault apontou o racismo como um desses elementos essenciais para o exercício negativo do biopoder, além do mais, não é coincidência que um texto escrito há mais de trinta anos cite um vírus como uma manifestação de biopoder. Doenças infecciosas servem como metáforas utilizadas

politicamente há muitos séculos para definir quem é mais apto/a para viver em detrimento das pessoas que seriam mais “fracas” para sobreviver (SONTAG, 2007).

É por essa perspectiva que a teoria desenvolvida por Foucault se mostra ainda atual e uma importante ferramenta analítica em tempos de pandemia. Paul Rabinow e Nikolas Rose (2006) apresentam uma série de elementos em que o conceito de biopoder se configura na atualidade, através de:

- (1) Um ou mais discursos de verdade sobre o caráter ‘vital’ dos seres humanos, e um conjunto de autoridades consideradas competentes para falar aquela verdade. Estes discursos de verdade não podem ser ‘biológicos’ no sentido contemporâneo da disciplina; por exemplo, eles podem hibridizar os estilos biológico e demográfico ou mesmo sociológico de pensamento, como nas relações contemporâneas de genômica e risco, unificadas na nova linguagem de suscetibilidade;
- (2) Estratégias de intervenção sobre a existência coletiva em nome da vida e da morte, inicialmente endereçadas a populações que poderiam ou não ser territorializadas em termos de nação, sociedade ou comunidades pré-dadas, mas que também poderiam ser especificadas em termos de coletividades biosociais emergentes, algumas vezes especificadas em termos de categorias de raça, etnicidade, gênero ou religião, como nas formas recentemente surgidas de cidadania genética ou biológica;
- (3) Modos de subjetivação, através dos quais os indivíduos são levados a atuar sobre si próprios, sob certas formas de autoridade, em relação a discursos de verdade, por meio de práticas do *self*, em nome de sua própria vida ou saúde, de sua família ou de alguma outra coletividade, ou inclusive em nome da vida ou saúde da população como um todo. (RABINOW; ROSE, 2006)

Assim, o conceito de biopoder recai sobre problemas estruturais arraigados na história brasileira e que foram ainda mais agravados durante a crise sanitária.

Dito isso, pode-se avançar sobre alguns dados empíricos da pandemia que demonstram desigualdades de acordo com marcadores sociais. De início, estudos indicam que há uma grave subnotificação dos dados sobre a infecção no país. Uma análise publicada na Revista Brasileira de Terapia Intensiva²¹, estimou que as taxas de notificação de óbito e infectados estão muito abaixo do que as encontradas em outros países, “o número real de casos no Brasil foi cerca de 11 vezes mais alto do que o número oficial de casos notificados” (PRADO et al., 2020, p. 2). A luta por qualificar os dados sobre a saúde no Brasil é uma reivindicação antiga de pesquisadores/as, além de pauta recorrente em movimentos sociais. Aliás, o tema já foi objeto de debate em meio a pandemia, o Senado Federal teve que aprovar um projeto de lei²² que obriga os hospitais a registrar informações sobre raça, cor, idade, sexo, condição de deficiência e socioeconômica, ocupação e localidade de origem do paciente com o novo coronavírus. A

²¹ (“Revista Brasileira de Terapia Intensiva - Home Page”, [s.d.]

²² Projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) (“Senado aprova registro étnico-social com dados de pacientes de covid-19 — Senado Notícias”, 2020)

ausência de dados confiáveis prejudica a compreensão dos impactos da pandemia e as possíveis tomadas de decisão para o controle da doença (PRADO et al., 2020).

No que diz respeito as desigualdades raciais, o artigo Morbimortalidade pela COVID-19 segundo raça/cor/etnia: a experiência do Brasil e dos Estados Unidos (ARAÚJO et al., 2020), analisou 21 boletins epidemiológicos (BE) publicados pelo Ministério da Saúde brasileiro durante os primeiros meses da pandemia. O estudo concluiu que até a data em que foram analisados os BE, entre março e julho de 2020, vigorou “uma política explícita de invisibilização de dados que desvelam iniquidades étnico-raciais” (ARAÚJO et al., 2020, p. 15) e dificultam o direcionamento de políticas públicas de saúde, além de moldar as percepções sobre a pandemia. Foi necessária muita pressão social e institucional para que houvesse divulgação dos dados desagregados por raça, cor e etnia. Contudo, mesmo quando gestores/as da saúde resolveram divulgar esses dados, eles se mostraram ruins para análises mais robustas. Segundo os autores/as do estudo, mesmo com a baixa qualidade dos dados “é possível evidenciar diferenciais no perfil de adoecimento e mortalidade por Covid-19, já que se tem observado que mesmo quando há predominância de hospitalizações na população branca, registra-se maior incidência de morte na população negra.” (ARAÚJO et al., 2020, p.15). A análise dos dados demonstra como a crise sanitária impacta de forma diferente os grupos sociais,

Enquanto cerca de 54,8% da população brasileira é composta por negros, entre os que morreram por COVID- 19 e tiveram a raça/cor/etnia identificada como pardos e pretos, esse percentual foi de 61%. No Norte, o percentual de óbitos por esta doença entre negros foi de 86%, sendo a composição populacional para essa região em torno de 76%. No Nordeste, o percentual de mortos foi 82% para os negros, enquanto representam 70% da população, segundo o IBGE. (ARAÚJO et al., 2020, p.16)

Em outro estudo relevante, um mapeamento sorológico²³ identificou anticorpos contra SARS-CoV-2 (quem já foi infectado/a pelo vírus), feito no começo de 2021 na cidade de São Paulo, mostrou que quase um terço (29,9%) da população adulta já teve Covid-19 na capital paulista, desse montante, a prevalência entre as pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas é de 37,8%, enquanto nas pessoas autodeclaradas brancas é de 23,2%. O inquérito sorológico demonstrou também que há maior prevalência entre as pessoas com menor escolaridade e em áreas onde a renda média é mais baixa, o que evidencia como determinados grupos sociais estão mais expostos ao vírus.

²³ (“Em SP, um terço dos adultos teve Covid; taxa sobe a quase 40% entre negros”, 2021)

Indo além, no que diz respeito a imunização no país, mesmo que a campanha de vacinação tenha se iniciado por uma mulher negra, o que foi extensivamente publicizado para demonstrar certa preocupação do poder estatal com a população negra, até março de 2021, dos 8,5 milhões de imunizantes aplicados no Brasil, 3,2 milhões foram para pessoas que se declaram brancas, enquanto apenas 1,7 milhão de vacinados/as se declaram negros/as (MUNIZ et al., 2021).

Ao se defrontar com estudos que demonstram como a população negra tem sido uma das mais afetadas pela pandemia, assim como a tentativa deliberada de mascarar esses dados, de priorizar a população branca na vacinação, entende-se como uma prática compatível com o biopoder, além de uma expressão do racismo estrutural operante na história brasileira há séculos (ALMEIDA, 2019).

Silvio Almeida (2019) afirma que é impossível compreender a sociedade contemporânea e seus fenômenos sociais sem pensar os conceitos de racismo e raça. Nas suas formulações, afirma que a categoria raça só poder ser compreendida como uma relação social concreta, seu sentido está sempre atrelado às circunstâncias históricas que envolvem subjetividades, Estado e economia, pois, não há na realidade natural o que justifique o conceito de raça e o tratamento discriminatório, logo, *“raça é um elemento essencialmente político, sem qualquer sentido fora do âmbito socioantropológico”* (ALMEIDA, 2019, p. 22, grifo do autor). Com base nesse entendimento,

o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2019, p. 23, grifo do autor)

Silvio Almeida sustenta de forma didática que as relações raciais no Brasil devem ser tomadas como centrais em qualquer teoria social, o que implica sair da concepção individualista²⁴ que tende a patologizar o racismo como um fenômeno de natureza ética ou psicológica, fruto de uma certa “irracionalidade” de um indivíduo ou grupo, que bastaria então, sanções jurídicas que o racismo deixaria de existir. Por esse prisma, a compreensão do fenômeno em sua totalidade fica restrita, pois, como lembra o autor: “as maiores desgraças

²⁴ “O racismo é uma imoralidade e também um crime, que exige que aqueles que o praticam sejam devidamente responsabilizados, disso estamos convictos. Porém, não podemos deixar de apontar o fato de que a concepção individualista, por ser frágil e limitada, tem sido a base de análises sobre o racismo absolutamente carentes de história e de reflexão sobre seus efeitos concretos. É uma concepção que insiste em flutuar sobre uma fraseologia moralista inconsequente – “racismo é errado”, “somos todos humanos”, “como se pode ser racista em pleno século XXI?”, “tenho amigos negros” etc. – e uma obsessão pela legalidade.” (ALMEIDA, 2019, p. 26)

produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade e com o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados “homens de bem”. (ALMEIDA, 2019, p. 26-27).

Os conflitos raciais são, portanto, parte das engrenagens do poder que se manifestam em todas as camadas sociais, entre os indivíduos, a sociedade e nas instituições de Estado. Dessa forma,

o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, [...] o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. (ALMEIDA, 2019, p. 15, grifo do autor).

Para o filósofo Achille Mbembe (2018), as noções de biopoder assumem outras instancias no atual estágio do liberalismo. O autor defende que os Estados neoliberais vivem uma “ocupação colonial tardia”, onde a lógica para se exercer a soberania se volta para destruição material dos corpos humanos e das populações através da prática central do colonialismo: o racismo. Mbembe sugere ainda que há uma ampliação dessas práticas coloniais para toda uma massa de corpos e humanidades subjugadas do mundo (MBEMBE, 2018). Assim, a operação “fazer viver, deixar morrer” colocada por Foucault através dos poderes disciplinares e biopolíticos, quando se trata de sujeitos racializados e subalternizados, concretiza-se na velha lógica soberana de “fazer morrer”, o que Mbembe chama de necropolítica e necropoder. Dessa forma, o Estado não só age efetivamente na omissão de políticas antirracistas e anticoloniais, age, sobretudo, em razão da produção de corpos matáveis e descartáveis, semelhante a uma empresa de extermínio, como argumenta Frantz Fanon (2020).

Voltando ao campo imagético, Winnie de Campos Bueno (2019), explora na sua dissertação de mestrado como as imagens de controle fortalecem sistemas de dominação e estruturam poderes hegemônicos. O conceito de imagem de controle – organizado pela socióloga Patricia Hill Collins – refere-se aos significados que não só reproduzem os estereótipos de submissão na representação popular, mas principalmente, solidificam matrizes de dominação dentro dos sistemas de poder articulados por raça, classe, gênero e sexualidade (BUENO, 2019).

Nessa significação, a foto do início da vacinação demonstra uma estrutura hegemônica de dominação. Diante da objetiva, vários julgamentos se confrontam ao mesmo tempo: o que me julgo ser, o que gostaria que me julgassem ser, e também o que o/a fotógrafo/a me julga ser (BARTHES, 1984). Independente da intenção de quem registrou o momento, a foto suscita

certo heroísmo daqueles que protagonizam historicamente os espaços de decisão política – o homem branco de classe alta na figura do Governador João Dória – atribuindo-o característica de “cuidador”, quando na realidade, o combate a pandemia é feito por muitas mulheres que foram esvaziadas dos espaços de decisão política, mas estão na linha de frente atuando em serviços de saúde e naqueles considerados essenciais para manutenção da vida (MOREIRA et al., 2020).

Isso posto, os efeitos da pandemia sob a perspectiva de gênero também são motivo de preocupação em diversas frentes. A política de isolamento que incentiva que fiquemos em casa, tem sido especialmente difícil para mulheres que já viviam situações de violência doméstica. O que pode ser considerado um lugar seguro para muitas, se torna um lugar de perpetuação de violência e poder para outras (MOREIRA et al., 2020).

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), houve aumento de 27% nos casos de violência doméstica durante a pandemia, ao mesmo tempo, observou-se uma diminuição na quantidade de denúncias em relação aos anos anteriores. O relatório da organização conclui que em decorrência do isolamento, muitas mulheres não conseguem efetuar a denúncia devido a proximidade com os/as agressores/as e a impossibilidade de sair de casa (FBSP, 2020).

Além disso, transformações drásticas no universo do trabalho sobrecarregaram principalmente as mulheres, que passaram a acumular funções profissionais com cuidados a outras pessoas e da casa além do trabalho reprodutivo. É importante ressaltar que as dinâmicas de trabalho são sempre atravessadas por privilégios de classe, raça e territorialidade (MOREIRA et al., 2020). A função em áreas da saúde como a enfermagem, agentes comunitárias/os e cuidado, bem como o trabalho doméstico, são exemplos de profissões realizadas majoritariamente por mulheres e que se intensificaram nos últimos meses. O imperativo de que a economia e o trabalho pararam durante a pandemia se mostra falso, como afirma a socióloga Tica Moreno:

Os trabalhos necessários para a sustentabilidade da vida não pararam – não podem parar. Pelo contrário, foram intensificados na pandemia. A economia só funciona porque o trabalho das mulheres, quase sempre invisibilizado e precarizado, não pode parar²⁵

²⁵ Em entrevista publicada no Portal Fiocruz (“Metade das mulheres passou a cuidar de alguém na pandemia, revela pesquisa”, 2020)

Bueno (2019), aprofunda sua análise no que diz respeito a propagação de imagens de controle na mídia. Para a autora, são formas de construir roteiros sociais que atendem a um objetivo bem específico, e sobretudo, no que se refere as mulheres negras que como indicam pesquisas (VICK, 2020), são as profissionais mais afetadas no curso da crise sanitária:

é confortável para a comunidade branca que existam justificativas que lhes retirem a responsabilidade de responder pelo contínuo de violência que a exploração econômica dos povos negros significou na construção do status quo da branquitude. (BUENO, 2019, p. 112)

Assim, articulando os entendimentos de estetização da política e imagens de controle, as fotografias funcionam como uma matriz de dominação e são importantes dispositivos que operam o poder a serviço de estruturas historicamente dominantes. (BUENO, 2019)

Em contrapartida, é evidente a importância simbólica que a imunização tenha começado por Monica Calzanas – mulher preta, periférica, profissional da saúde, grupo de risco, além de atuar como cuidadora da mãe idosa – em um país onde a maioria das vítimas são negras e pobres. Não se deve esquecer, a primeira vítima fatal da Covid-19 no Brasil foi também uma mulher negra, profissional doméstica, infectada pelos empregadores recém chegados da Itália e que não a informaram dos possíveis riscos. (SIMÕES, 2020)

Portanto, o que não deixa de ser significativo na foto que “viralizou” do início da vacinação, primeiramente veiculada no *site* do Jornal Folha de São Paulo e pelo governo paulista, que ela é também um retrato cruel das práticas coloniais que deixaram seus resquícios principalmente em países da periferia do capitalismo como o Brasil, bem como, é capaz de ser o vetor para operar uma crítica dessas práticas. O biopoder, quando associado ao racismo estrutural, a necropolítica, ao patriarcado, se estende pelas relações sociais e promove um genocídio direcionado à população negra e vulnerabilizada, além de agravar ainda mais as violências de gênero. Nesse subcapítulo, tentei demonstrar como a pandemia tornou problemas históricos ainda mais “visíveis”, no entanto, se faz importante lembrar que são questões há muito tempo denunciadas por movimentos sociais e pesquisadores/as, que expõem a extrema violência a que estão submetidos grupos sociais específicos muito antes da chegada da Covid-19. Reivindicações há muito tempo negligenciadas pelas esferas de poder do Estado e da sociedade brasileira.

2.3. Fotografia precária

Ao versar sobre a natureza da fotografia e o quanto ela assumiu um espaço significativo no campo antropológico, John Collier declara: “Uma fotografia pode conter mil referências. E, o que é mais desconcertante, a maioria das fotografias são prova de um minuto de tempo – de um centésimo de segundo da realidade” (COLLIER, 1973, p. 9). Na Figura 4 abaixo, registros de Victor Moriyama e Bruno Kelly, compreendo as máscaras utilizadas pelas pessoas como a “prova” de um tempo, foram feitas durante a pandemia, no entanto, ambas imagens são desconcertantes pelas “mil outras referências” nelas contidas e que são impossíveis de mascarar.



Figura 4 – (esq.) São Paulo, outubro de 2020 – Foto: Victor Moriyama | (dir.) Manaus, maio de 2020 – Foto: Bruno Kelly

Nesse ponto do trabalho surgiu um “diálogo” interessante com as imagens que cabe um parêntese para percorrer. No momento em que explorava as possibilidades de diagramação desse texto e das fotos, ocorreu a sobreposição das fotografias apresentadas acima, essa ação não intencional criou uma relação de outra ordem com as imagens e abriu novas camadas interpretativas. Esse movimento inverso me reconduziu ao texto de Etienne Samain, no qual ele sugere que toda imagem é uma “forma que pensa”, se comunica e dialoga independentemente de nós; são capazes de suscitar outros pensamentos quando combinam um “conjunto de dados sígnicos (traços, cores, movimentos, vazios, relevos e outras tantas pontuações sensíveis e sensoriais), ou ao associar-se com outras(s) imagem(ns), seria “*uma forma que pensa*”. (SAMAIN, 2012, p. 23, grifo do autor).

Samain chama essa operação associativa de imagens cruzadas, pois, se a fotografia pode ser caracterizada como uma linguagem devido a sua capacidade de narrar e construir ideias coerentes sobre determinado assunto, ao associar-se a outras imagens e fotos, esse poder de construção e narração é potencializado. Ao exemplo do que se faz no cinema, ou ainda como argumenta Samain, algo semelhante é feito com frases verbais e musicais quando estruturamos seus elementos para que permitam formulações de ideias e “ressoem” entre eles. A provocação então colocada pelo autor é: por que invalidamos esse potencial de ideação das imagens, suas associações e composições? (SAMAIN, 2012)

Dito isso, nesta seção talvez as imagens se sobressaiam pela sua força de evidência e de constatação, o que para Barthes (1984), torna controversa a premissa de narração que a fotografia produz, e, conseqüentemente, sua caracterização como uma linguagem. Embora seja uma questão importante colocada por Barthes, uma problemática legítima para debate no campo da imagem, acredito não haver talento estetizante de um/a fotógrafo/a capaz de apaziguar as crises e sintomas nelas contidas, ou ainda, que impossibilite qualquer tipo de aprofundamento. Se mesmo assim houver alguma indiferença diante delas, um percurso possível é encarar as fotografias tal como sugere Samain, como formas em movimento e que pensam, com capacidade de se associar a outras imagens – sejam elas visíveis/exteriores ou mentais/interiores – e memórias. (SAMAIN, 2012)

Desse modo, provocado por essa quase auto-associação da Figura 4 e guiado pelas imagens cruzadas de Etienne Samain, foi possível aprofundar as reflexões sobre a pandemia no eixo da precariedade, aparato teórico aventado por Judith Butler.

Butler (2015) conceitua a precariedade como operações de poder seletivas que produzem distribuições desiguais do precário e são alicerces determinantes para a vida. A autora considera ser particular à existência humana os vínculos relacionais que atravessam as redes sociais, biológicas, econômicas, ecológicas e permitem maximizar a precariedade para algumas pessoas e minimizar para outras. A perspectiva biopolítica foucaultiana e suas inúmeras releituras²⁶, estão preocupadas com as diferentes maneiras de controlar e administrar o corpo individual ou coletivo e como esses poderes se infiltram nesse entendimento de vida, ainda assim, qualquer corpo está sujeito a fatores e doenças que colocam em risco a nossa capacidade de existir. A finitude da vida corporal é inquestionável. Diante disso, Butler sugere que para ampliar as reivindicações sociais e políticas, é preciso se “apoiar em uma nova ontologia corporal que implique repensar a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a

²⁶ Destaco as releituras biopolíticas que mais se popularizam, produzidas na escola de filosofia política italiana, principalmente por Giorgio Agamben e Roberto Esposito.

exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho e as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social (BUTLER, 2015, p. 14)”, para reconhecer a precariedade como uma condição compartilhada entre vidas humanas e não humanas.

Provavelmente não é uma tarefa complicada identificar a precariedade na Figura 4, a parte mais inacessível dela talvez seja compreender que mesmo estando em São Paulo ou Manaus, distantes geograficamente, vivemos conectados em uma grande rede de interdependência. O que implica reconhecer que para viver socialmente, é necessário que se construa condições sociais que sustentem esses entrelaçamentos de vidas. Assim, o que Butler entende como rede de interdependência, envolve

relações sociais reproduzíveis e mantenedoras, assim como relações com o meio ambiente e com formas não humanas de vida [...] somos seres sociais desde o começo, dependentes do que está fora de nós, dos outros, de instituições e de ambientes sustentados e sustentáveis, razão pela qual somos, nesse sentido, precários. Para sustentar a vida como sustentável é necessário proporcionar essas condições e batalhar por sua renovação e seu fortalecimento. (BUTLER, 2015, p. 35)

Nessa perspectiva, as fotos que compõem a Figura 4 revelam relações extremamente precárias entre humanos e ambientes pouco sustentáveis. Se observadas separadamente, as imagens podem levar a interpretações pontuais, como um fato isolado. Não que tal interpretação seja pouco relevante, o elemento provocador aqui é a operação. Quando conectadas, as fotografias se fortalecem e se amplificam, são capazes de significar a precariedade que atravessa todo território brasileiro, atingindo principalmente aqueles modos de vida em áreas estruturalmente menos assistidas, tanto nos grandes centros urbanos (foto de Moriyama), como também, aqueles/as que vivem sobre as palafitas da região amazônica (foto de Kelly). Na sequência, pensando nessas condições mínimas necessárias para se viver em sociedade, a Fig. 4 me leva a ponderar sobre as advertências da OMS que enfatizam a importância das estruturas de saneamento e habitação, para que vidas não sejam ainda mais precarizadas no contexto da pandemia.

No que diz respeito ao entendimento de habitação, surgem questões para reflexão que evidenciam como toda quarentena, pode ser em alguma medida, discriminatória (SANTOS, 2020). A orientação da OMS que recomenda a casa como o lugar de proteção, só é válida para as pessoas que tem uma casa, exclui uma parcela significativa da população que sequer tem um abrigo e vive em situação de rua e vulnerabilidade.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), o Brasil teve um aumento expressivo de 140% da população em situação de rua nos últimos dez anos, chegando

a 221.869 pessoas em março de 2020 (NATALINO, 2020). O levantamento do IPEA é preocupante, para exemplificar, se considerarmos a população em condição de rua como um município, estaria entre os 140 maiores do total de 5570 municípios brasileiros²⁷. Apesar disso, a questão não parece sensibilizar o poder público, como afirma Carmem Silva, uma das coordenadoras do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), “soa como hipocrisia” (SILVA, [s.d.]) que medidas como “fique em casa” venham de governos que não garantem direitos constitucionais básicos para moradia, dado que, por exemplo, só na região metropolitana de São Paulo dobrou a quantidade de despejos e remoções durante a pandemia²⁸.

Até mesmo a higienização, outra medida essencial proposta pela OMS para evitar a circulação e infecção do vírus, parece não se encaixar muito bem a realidade de uma parcela da população brasileira, já que o Estado garante para apenas pouco mais da metade da sua população o direito de acesso ao saneamento básico. Para piorar, cerca de 35 milhões de pessoas Brasil não tem sequer acesso a água tratada (VELASCO, 2020).

Diante desse cenário precário fica evidente a impossibilidade de refletir sobre a pandemia sem atentarmos para a intervenção do Estado nesse processo, goste-se ou não, é através dele que se concebe social e politicamente o mundo contemporâneo, principalmente na sua forma liberal de organização. Silvio Almeida (2019) reitera que é pela mediação do Estado que os indivíduos são reconhecidos como classe ou grupo social, nele, os conflitos que perpassam toda sociedade são absorvidos ou também reproduzidos.



Figura 5 – São Paulo, maio de 2020 – Foto: Bruno Escolastico Figura 6 – Manaus, março de 2020 – Foto: Tyler Hicks

As fotos acima de Bruno Escolastico e Tyler Hicks, simbolizam bem esse papel ambivalente do Estado que em determinado momento absorve as demandas de grupos sociais vulneráveis e as institucionaliza, aplica o “verniz” da legalidade criando medidas fundamentais como mostra a Figura 5: grupos prioritários que terão acesso preferencial no transporte público.

²⁷ (“IBGE divulga estimativa da população dos municípios para 2020”, 2020)

²⁸ (“Despejos e remoções dobram em SP na pandemia”, 2020)

Entretanto, o mesmo Estado age na contramão dessa premissa nos momentos de crise social que costumam vitimar também (e principalmente) esses mesmos grupos prioritários, ao negligenciar todo tipo de infraestrutura básica capaz de tornar a realidade menos precária.

Um levantamento do Jornal Nexo feito através dos BE do Ministério da Saúde entre março de 2020 e janeiro de 2021, mostra que 74% dos óbitos por Covid-19 ocorreram na geração acima dos 60 anos (SOUZA; ZANLORENSSI; GOMES, 2021). Como sabemos, a pandemia da Covid-19 teve início em 2020, no entanto, desde 2016 no governo do então Presidente Michel Temer até a atual gestão, vem ocorrendo um processo gradual de desconstrução do Sistema Único de Saúde (SUS), uma política de austeridade que reduz consideravelmente os investimentos federais na área da saúde pública com objetivo de adequar o setor ao modelo econômico e neoliberal de Estado, baseado na primazia do mercado e numa suposta eficiência da esfera privada (MENEZES; MORETTI; REIS, 2019; SILVA; RUIZ, 2020).

Estima-se que atualmente 162 milhões de pessoas dependam do SUS²⁹, sendo que 80% dos idosos – até então maior grupo de risco da Covid-19 – são atendidos exclusivamente por ele (KALACHE et al., 2020). Conseqüentemente, um dos motivos da alta mortalidade da Covid-19 no Brasil é, sobretudo, resultado de um longo processo de precarização das estruturas básicas de atendimento a população. Como concluem os/as pesquisadores/as aqui acionados, processo que se constata ser anterior ao surgimento do SARS-CoV-2.

Voltemos a proposta de criar pontos de intersecção entre as fotografias. O senhor que aparece como foco principal na Figura 5, com seus poucos aspectos físicos visíveis devido ao boné e a máscara, poderia muito bem ser o mesmo da Figura 6, isto é, a mesma pessoa que dispõe de assento preferencial no transporte público tem sido preterida nas vagas e nos leitos de hospitais quando beiram o colapso provocado pela pandemia. Se partirmos dessa compreensão, as fotografias de Bruno Escolastico e Tyler Hicks estão lastreadas por esse desmonte da estrutura de saúde pública brasileira, que apesar do processo contínuo de desinvestimento, tem sido de fundamental importância nesse contexto de enfrentamento a pandemia devido a sua eficiência no atendimento primário e a capilaridade por todo o território brasileiro.

Explorando ainda um pouco mais as fotografias (Figuras 5 e 6), de certa forma elas nos conduzem ao frequente debate que envolve os grupos prioritários na pandemia, aqueles que demandam mais atenção e um direcionamento das políticas públicas em momentos de crise

²⁹ (ALMEIDA; LUCHMANN; MARTELLI, 2020)

social como essa que estamos vivendo. Esse conjunto da população brasileira que deveria ser motivo de preocupação perante a saúde pública, infelizmente, parece ter passado de grupo preferencial para alvo preferencial. Uma série de pesquisadores/as tem denunciado como as práticas governamentais e a política central idealizada pelo governo Bolsonaro tem elementos explícitos de eugenia³⁰. A estratégia de imunidade de rebanho induzida por Jair Bolsonaro desde o início da crise sanitária, recorre a superioridade racial e ao darwinismo social quando evoca um certo tipo de seleção natural, em que os mais fortes e aptos geneticamente assim como ele – “com seu histórico de atleta” e alvo de uma facada que tinha tudo para ser fatal – sobreviverão a “gripezinha ou resfriadinho” que não passa de uma “histeria” midiática. Como se não bastasse, ainda manifesta em suas falas públicas preconceitos de gênero, machismo, homofobia e faz um apelo tosco a masculinidade quando sugere confrontar a crise como “homem” e não como “marica”. Todos esses aspectos, tem seu eco nos modelos eugênicos de Estado. (PAULA; LOPES, 2020)

Ao discorrer sobre os processos precarização da vida durante a pandemia, seria impossível não abordar os efeitos da pandemia no universo do trabalho, outro campo em constante ataque pelo projeto neoliberal de Estado. Se tornou rotineiro o uso do argumento econômico para contrapor as medidas de mitigação do vírus. O comércio, a indústria, o mercado etc., “não podem parar, se parar, ocorrerá um caos social ainda maior”, é o que manifestam setores do empresariado brasileiro além de também ser o discurso mais recorrente na esfera política institucional. Isso quando não há um covarde apelo à desumanização das vítimas com expressões como “a morte de CNPJs é tão ruim quanto a morte de CPFs”. Se tornou flagrante como os antagonismos da relação trabalho e capital ainda não foram superados na sociedade contemporânea e liberal, valendo-se de Marx e Engels (1848), a luta de classes segue sendo aspecto fundamental para compreender as demandas sociais.

O fotojornalista Tiago Queiroz produziu uma dessas imagens provocadoras no que diz respeito a situação da classe trabalhadora em tempos de mudanças bruscas nas relações de trabalho. A foto (Figura 7) feita no início da pandemia no Vale do Anhangabaú, um dos lugares mais movimentados no centro da cidade de São Paulo, é de silenciar qualquer espectador/a. As ruas vazias, trânsito apenas dos ônibus que em condições normais estariam circulando cheios. Quando o olhar que vagueia a fotografia encontra no último plano um/a trabalhador/a informal,

³⁰ “O termo eugenia foi criado em 1883, pelo cientista Francis Galton (primo de Darwin) e significa “bem nascido” (Galton, 1973). O eugenismo originou um modo de pensar que dominou os séculos XIX e XX. O objetivo científico consistia em melhorar a qualidade genética da população e, assim, construir o que entendiam os adeptos como uma sociedade superior biológica, social e economicamente.” (PAULA; LOPES, 2020, p. 37)

montado/a em uma bicicleta, munido/a da sua inconfundível mochila vermelha, nada mais parece chamar a atenção nessa composição fotográfica, apenas ele/a.



Figura 7 – São Paulo, março de 2020 – Foto: Tiago Queiroz

A função de entregador/a intermediada por aplicativos talvez seja o exemplo mais notório do processo de precarização do trabalho. Não se pretende cair em generalizações acerca do vasto campo de pesquisa na área trabalhista, já há até uma fértil produção acadêmica que os/as pesquisadores/as chamam de uberização do trabalho, em referência ao *app* mais conhecido que presta esse tipo de serviço e mantém relações extremamente informais com seus empregados no âmbito das leis trabalhistas. No que compete a nossa discussão, quando se coloca o imperativo de que a economia não pode parar durante a pandemia, quando se nega um auxílio emergencial digno para que os/as trabalhadores/as possam preservar suas vidas e de seus familiares, é, com efeito, essa classe trabalhadora menos assistida que se coloca em risco, os/as informais, os/as estagiários/as, vendedores/as ambulantes da economia popular, os/as *freelancers*, entregadores/as e prestadores/as de serviços via *app* etc.

Alguns dados empíricos demonstram essa disparidade em relação aos impactos no mercado de trabalho brasileiro e na saúde do trabalhador. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem produzido índices consistentes através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD COVID19). Segundo o IBGE³¹, 75% das pessoas que testaram

³¹ (“PNAD COVID19 | IBGE”, [s.d.]).

positivo para o SARS-CoV-2 em 2020, se enquadram no rendimento domiciliar per capita que recebem menos de dois salários-mínimos por mês, o que constata qual classe social e econômica é a mais atingida quando se coloca esse falso dilema entre economia ou salvar vidas. Mesmo que haja perdas localizadas nas classes econômicas mais altas, elas contam com atendimento hospitalar mais estruturado e ágil, além de pomposos incentivos fiscais de governos para que mantenham seus lucros nos momentos de crise social. Para piorar, na atual conjuntura de escassez de imunizante, a burguesia brasileira ainda se articula para furar a fila da vacinação que é centralizada pelo Ministério da Saúde de acordo com os grupos prioritários.

Para concluir o capítulo, uma última fotografia precária nos convida a refletir sobre um assunto candente, de relação intrínseca com a pandemia e com a matriz econômica orientada pelo desenvolvimento via exploração dos recursos naturais, modelo esse reproduzido e vigente em grande parte dos países principalmente naqueles considerados as potências mundiais. Atravessaremos nos próximos parágrafos, alguns pontos do debate fundamental que diz respeito as relações precárias com o meio ambiente e os biomas brasileiros.

O historiador da arte Didi-Huberman diz que as imagens tendem a não ser inteligíveis, são inevitavelmente anacrônicas justamente por canalizarem tempos heterogêneos e, por isso, “são cinzas mescladas de vários braseiros” (2012, p. 216) que ardem quando tocam o real. Imagens que ardem ao incendiar os pensamentos com a chama do contraditório, ao mesmo tempo que sofrem por tornar visíveis as tragédias e insurgem com as sobrevivências que “afetam cada objeto, cada acontecimento, cada pessoa, cada gesto.” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 212).

Ora, não tenho intenção buscar na subjetividade do pensamento e na linguagem artística de Didi-Huberman, alguma aplicação literal em qualquer imagem, mas como não aceitar esse diálogo e essa “sugestão” da imagem se foi rigorosamente, como sugere o autor, pela memória que ela ardeu. Memórias que me conduziram ao próprio texto aqui referenciado, que me permitiram acessar minhas próprias temporalidades e me instigam como pesquisador a abordar esse determinado assunto, à fazer esse exercício de interpretação dos tempos daqueles/as que na fotografia figuram, assim como, pensar o papel do fotógrafo, que no tempo de um *click* foi capaz de “mesclar todos esses braseiros”. Em suma, o que dizer da foto a seguir, se não, que ela arde.



Figura 8 – Amazônia, outubro de 2020 – Foto: Victor Moriyama

A pessoa que compõe o primeiro plano da fotografia, possivelmente uma moradora da área atingida, faz um gesto que leva a mão a cabeça, parece sofrer e não acreditar no que presencia. O tom avermelhado da terra, a fumaça que toma praticamente todo quadro transmite a sensação de calor, desespero, sufocamento. A fotografia então me carrega, partilho das mesmas sensações que me desperta o interesse nessa história e nesse acontecimento. Na foto feita em outubro de 2020, a pandemia já atingia os interiores do Brasil, a máscara sobre a face que outrora protegia contra o vírus, assume a utilidade de proteger também contra a fuligem dos incêndios, o desastre ambiental que se avizinha e castiga a Amazônia.

Renzo Taddei (2016, 2017) ao mobilizar uma antropologia dos desastres, apesar de não versar necessariamente sobre epidemias, nos oferece bom paralelo para reflexão ao problematizar como os desastres socioambientais no Brasil são sempre “naturalizados”. Há uma certa noção enraizada no imaginário brasileiro de que o país não passa por desastres ambientais, afinal, possui uma natureza única, passiva e já dominada. Taddei elabora que tal entendimento não se sustenta, visto que, existem dados históricos que datam do início da invasão colonial no Brasil que já relatavam os problemas da estiagem em algumas regiões do país. Há, então, certo problema no que se entende como desastre. A definição mais utilizada segundo o autor, é aquela que sugere o desastre como um fenômeno capaz de desorganizar a ordem social de uma coletividade, a ponto de impedir que se reorganizem de forma autônoma. Taddei diz que apesar de instrutiva, a definição é limitada pois reproduz a ideia de que se trata apenas do domínio ou não da natureza, de algo que fugiu ao controle, reduzidos muitas vezes a mera causalidade. O

autor explora como os eventos climáticos extremos – as estiagens e secas, enchentes, deslizamentos, tornados, ciclones, entre outros – são classificados nessa chave do “natural” e “ambiental”, como um estado anormal passageiro, quase sempre exógeno ao meio sociocultural e econômico, dificilmente analisados através do seu caráter relacional (TADDEI, 2016).

É esse mesmo processo que é possível identificar no discurso hegemônico em relação a pandemia e o que a desencadeou. Como lembra Taddei (2016), fenômenos extremos estão embutidos nas formas de organização econômica e política, foram as formas que desenvolvemos de domínio de uso da terra e as ideias de propriedade privada, por exemplo, que se mostram uma anomalia sociopolítica incompatível com as práticas adaptativas já desempenhadas anteriormente por outros humanos e não-humanos. Se o vírus for apontado como esse inimigo “de fora”, catalisador do desastre global, perde-se a perspectiva que “ele é apenas mais um dos vários agentes infecciosos que nos atravessam ao longo da vida” (AUGUSTO, [s.d.]), uma mutação dos muitos que já circulam pelo planeta e que indica a possibilidade de outros que virão, a depender da forma como nos relacionamos com a natureza.

Desastres são fruto das formas como os grupos sociais e o ecossistema se relacionam entre si, desastre não está na natureza, e sim na relação que se tem com ela, não está isolado no tempo e espaço, se desdobra ao longo do tempo, afetando as coletividades humanas e animais em uma dimensão muito maior do que o local específico do evento crítico (TADDEI, 2016)

Dito isso, a foto de Victor Moriyama (Fig. 8) nos lembra o quão trágico foi o ano de 2020 para os principais biomas brasileiros. A floresta amazônica e o pantanal tiveram recordes de focos de queimadas que consumiram grande parte dos seus territórios (BRASIL, [s.d.]), afetando a vida não só dos/as moradores/as dessas áreas, como também de todo um ecossistema de vidas não-humanas. O atual Governo Federal não é adepto das agendas ambientalistas, age inclusive no sentido contrário. O Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, em reunião ministerial gravada e amplamente divulgada, disse que era preciso aproveitar as atenções voltadas para a pandemia da Covid-19 e “ir passando a boiada”, expressão utilizada com o objetivo de atuar na desregulamentação e simplificação das leis ambientais, consideradas um entrave econômico pelo atual governo.

Tal ideia é lamentável e não faz sentido algum sob qualquer viés, o problema econômico gerado pela pandemia – como vimos anteriormente ser a preocupação primeira do atual governo – é resultado exatamente desse tipo predatório de relação com a natureza. Não é tido como um imprevisto na comunidade científica, é consenso entre pesquisadores/as que há uma conexão direta entre zoonoses e o meio ambiente. O que se sabe até momento sobre o SARS-CoV-2 é

que provavelmente o vírus surgiu em alguma floresta tropical do Sudeste Asiático, sendo o morcego o hospedeiro principal e algum outro animal ainda desconhecido, como vetor intermediário amplificador do vírus. As florestas – principalmente as tropicais – abrigam grande quantidade de organismos com potencial zoonótico, no entanto, atuam também como reguladoras ao manter os vírus e outros organismos causadores de infecções dentro das suas fronteiras. Todavia, isso só ocorre se permanecerem preservadas, assim os vírus circulam pela sua biodiversidade e dentro dos seus limites, sem causar mutações e “saltos” para os humanos. (LAPORTA; PRIST, 2020)

Epidemias virais não deveriam ser encaradas como novidade no Brasil, o país vive surtos anuais de dengue, febre amarela, zika e outras doenças que têm relação direta com a prática predatória da natureza. Pesquisadores/as indicam que o Brasil tem grande potencial para o surgimento de vírus zoonóticos devido à sua biodiversidade, o que torna a preservação dos nossos biomas uma questão não só de agenda ambiental, mas também econômica, de saúde pública e social. Contudo, depois da infeliz fala de Ricardo Salles houve disparada no desmatamento da Amazônia que registrou a maior degradação dos últimos 12 anos em 2020. Indo além, segundo levantamento do Jornal Nexo, muitas outras medidas que não favorecem a preservação dos biomas foram “passadas” durante a pandemia, são elas: decreto para exploração de produtos florestais, medida provisória que favorece a grilagem de terras, reformulação controversa e enfraquecimento do órgão responsável pelo gerenciamento e fiscalização em unidades de conservação em áreas federais, o ICMBio; além da exoneração de servidores/as do Ibama, anistia a desmatadores da Mata Atlântica e regularização de propriedades rurais em terras indígenas demarcadas, bem como, o desinvestimento nos órgãos de combate a incêndios (ROCHA, 2020). Medidas que não só já colocam e isolam o Brasil como país que não cumpre os acordos de preservação ambiental, mas também, como aquele que pouco faz e ainda favorece o surgimento de novos vírus de potencial pandêmico.

Retomando o conceito Judith Butler, as questões levantadas nessa seção estão longe de dar conta de todas as realidades precárias que foram ainda mais vulnerabilizadas nesse contexto de crise, com certeza, cada eixo abordado aqui renderia pesquisas mais aprofundadas. A finalidade ao atravessar esses pontos em diálogo com as imagens, foi propor uma reflexão de como a precarização de vidas e do meio ambiente agrava a distribuição desigual de mortes e a proliferação do vírus durante a pandemia. Condição essa induzida muito pelo modelo econômico, social e de Estado que tende a transformar todo e qualquer tipo de relação em mercadoria, “sociedades, indivíduos; espaço, natureza, mares, florestas, subsolo: tudo é útil,

tudo deve ser utilizado, tudo deve ser produtivo; de uma produtividade levada a seu regime máximo de intensidade (CLASTRES, 2004, p. 62).” Assim, falar sobre produção de vida e morte como uma relação social com tudo aquilo que nos rodeia – as vidas humanas e não-humanas, as instituições, o meio ambiente etc. – nos demanda pensar em que circunstâncias determinadas pessoas estão socialmente expostas e facilitadas a morrer, enquanto outras estão socialmente condicionadas a sobreviver. “A precariedade perpassa as categorias identitárias e os mapas multiculturais, criando, assim, a base para uma aliança centrada na oposição à violência de Estado e sua capacidade de produzir, explorar e distribuir condições precárias (BUTLER, 2015, p. 55)”. Diante desses cenários de vulnerabilidade a autora sugere, “onde uma vida não tem nenhuma chance de florescer é onde devemos nos esforçar para melhorar as condições de vida. (BUTLER, 2015, p. 35)”.

3. Pelo direito de [en]lutar

“Morrer é normal. Tem que ficar escandalizado é com a indiferença”

Aílton Krenak

3.1. Fotografia, dor e luto

A fotografia tem poder de comunicar o sofrimento do outro? No que atravessa a discussão, Susan Sontag questiona se fotos seriam capazes de transmitir a dor e o horror da morte em massa a tal ponto de criar algum efeito pedagógico em quem as observa.

Sontag (2003) elabora sua discussão baseada nas fotografias de guerra³², sugere ser um problema latente oferecer uma interpretação a fotografia de acordo com a conveniência. Para ela, a crueldade exposta em uma foto pode despertar reações antagônicas, bem como um completo estado de inércia: "Um apelo em favor da paz. Um clamor de vingança. Ou apenas a atordoada consciência, continuamente reabastecida por informações fotográficas, de que coisas terríveis acontecem" (SONTAG, 2003, p. 16). A autora fornece entendimentos ambíguos acerca da fotografia, em suma, ela lamenta que elas tenham perdido a capacidade de estimulá-la por ter assumido o caráter mercadológico e estetizante onde a produção de choque é a normalidade. Admite a importância da imagem como parte constituinte dos temas que a sociedade escolhe pensar, no entanto, demonstra preocupação que a fotografia substitua os acontecimentos e outras formas de linguagem que julga ser mais eficaz para estruturar o conhecimento e a memória.

Para Sontag (2003), as fotografias são potentes ferramentas para mostrar as atrocidades que os seres humanos são capazes de fazer, para além, não fazem muito mais que isso. A filósofa reitera uma dependência das fotografias em relação aos textos e legendas, sem essa estratégia,

³² Comparação que entendo oportuna em tempos de pandemia, onde a retórica de guerra é de uso recorrente por diversas entidades e países para se referir as estratégias de enfrentamento da crise. A metáfora da guerra desloca o foco de uma luta que deveria ser a favor da vida para a produção de um inimigo invisível e intangível (AUGUSTO, [s.d.]). No caso brasileiro, tal situação parece ainda mais grave, visto que não só o atual ministro da saúde, presidente e vice-presidente são militares procedentes do Exército, no alto escalão do Executivo praticamente metade dos ministros são das Forças Armadas. O governo de Jair Bolsonaro promoveu uma militarização do serviço público civil que supera até mesmo períodos da ditadura militar (“Com quase metade dos ministros, militares já são 2,9 mil no governo. Onde vai Bolsonaro?”, 2020; LIS; G1, 2020; TREZZI, 2018). Ora, não é o propósito dessa monografia discutir a gravidade de oficiais militares da ativa ou reserva ocupando cargos civis e os conflitos de interesses que isso gera, porém, se faz oportuna a reflexão pois a lógica militar e de guerra invoca relações de poder que ambicionam controle social e político. “É impressionante como mobilizar essa linguagem de guerra e sacrifício faz com que militares, políticos, gestores, empresários e corporações [...] se tornem magicamente, os heróis e salvadores de uma condição que eles mesmo produziram.” (AUGUSTO, [s.d.])

difícilmente elas inferem uma compreensão por si só. Na avaliação da autora, fotografar é apenas uma reprodução mecânica do ato de olhar, pois, mesmo que se procure ver determinada realidade através da fotografia, ainda assim, significa apenas ver. Tal realidade cruel ou não, estaria acontecendo mesmo se não houvesse fotógrafo/a para registrá-la. (SONTAG, 2003)

Nesse sentido, Sontag acerta ao discutir a operação do ato de “olhar”, desconstruir a ideia de que ele é apenas uma realização fisiológica dada. A visão, como todos os outros sentidos, é resultado de um longo processo de aprendizagem. Atribuir uma significação para determinado fenômeno dependerá de como o ato de olhar foi construído cultural e socialmente, portanto, o olhar é sempre intencional e não se produz naturalmente (BARBOSA, 2012). Com base nesse entendimento, Sontag tem razão ao dizer que há seletividade nas dores que serão dignas de representação entre tantas outras que sequer chegam ao nosso conhecimento. “Cada sociedade desenha as fronteiras do visível e do invisível, daquilo que convém ver ou desviar o olhar” (BRETON, 2016, p. 107). Ou ainda, como aponta Mbembe, “o poder [...] consiste, pois, fundamentalmente, no poder de ver ou de não ver, de ser indiferente, de tornar invisível o que não se faz questão de ver” (2018, p. 199).

Mas, pouco depois, Sontag sugere certa da insuficiência da fotografia como linguagem, acredita que só através de legendas e textos que balizam e direcionam a compreensão de uma foto, ser possível construir narrativas e extrair seu caráter reflexivo. Essa discussão é bastante controversa no campo da fotografia, muitos autores/as versaram sobre a dependência da fotografia com outras linguagens, inclusive, alguns acionados nessa pesquisa como Walter Benjamin, Roland Barthes, Jacques Rancière etc. Entretanto, me aproprio mais uma vez do entendimento de Judith Butler, uma das autoras que rompe com essa premissa ao afirmar que fotografias se convertem em uma cena estruturada, na qual não necessita de legendas ou texto para compreensão do seu contexto.

Segundo Butler (2015), a fotografia se organiza através do enquadramento³³, se a imagem é a seleção limitadora que se faz para registrar determinado acontecimento, logo, é também a escolha interpretativa na qual operamos mentalmente, acionando outras percepções e pensamentos. Em síntese, a perspectiva de Sontag está preocupada com “o que” a fotografia escolhe mostrar, enquanto na concepção de Butler a essência está no “como” mostrar. Assim, a fotografia não se caracteriza apenas como uma reprodução do que alguém determinou

³³ Enquadramento epistemológico são molduras que circunscrevem e ajustam o olhar, mecanismos seletivos e operações de poder “que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos [...], que não só organizam a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito” (BUTLER, 2015, p. 15)

documentar ou como uma “imagem visual à espera de interpretação; ela mesma está interpretando ativamente, algumas vezes forçosamente.” (BUTLER, 2015, p. 110)

A fotografia a seguir, de Bruno Kelly, apresenta como um enquadramento visual pressupõe decisões práticas de um fotógrafo preocupado não apenas com “o que” mostrar, mas “como” mostrar. De acordo com Butler, através do enquadramento, gera-se parâmetros normativos entre sujeitos que serão, ou não, reconhecidos como tal, da mesma maneira, vidas que nunca serão reconhecidas como vidas. No ato de enquadrar, mais do que escolher entre o que fica “dentro” ou “fora” da imagem, é possível se movimentar entre o que se exclui e o que se mantém codificado no próprio enquadramento (BUTLER, 2015).



Figura 9 – Manaus, maio de 2020 – Bruno Kelly

Esta fotografia não só retrata uma vítima da pandemia e do colapso no sistema de saúde de Manaus, ela confere outro significado e valoriza a dor dos povos originários brasileiros, no caso específico da Fig. 9, se trata da etnia *Kokama*. Ao tirar o foco do primeiro plano da imagem – o que seria a prática mais comum no fotodocumentarismo – o fotógrafo demonstra que existem maneiras de enquadrar que “permitem defender o valor e a dignidade da vida humana” (BUTLER, 2015, p. 118). Explorando outras maneiras de enquadramento, a fotografia aparenta se estruturar como linguagem independente e interpreta ativamente a cena, tal como sugere Butler. Ela então, rasga os mecanismos de negação, rompe simbolicamente a quase imperceptível cerca que impede os familiares de praticar o luto.

Outras questões latentes se abrem a partir desse contato com a imagem e da noção ampla de enquadramento de Butler. Uma das mais cruéis faces da pandemia é o processo de vulgarização da morte. Será que a repetição diária de notícias sobre as vidas perdidas em decorrência da Covid-19, nos anestesiou a ponto de não mais nos comover? Por que será que coletivamente, parece que nos comovemos mais com as mortes ocorridas na Itália em meados de 2020, e não produzimos igualmente o mesmo tipo de luto público por aqui, com mortes ainda mais numerosas ocorridas em solo brasileiro? Afinal, os dados apresentados nessa pesquisa que traçam um panorama da gravidade da situação, certamente não são de difícil acesso, há incontáveis agregadores confiáveis de dados que transmitem em tempo real os números de infectados, recuperados, mortos, comparativos com todos os países etc.

As questões são provocativas e demonstram que há ainda mais camadas a serem exploradas que não fogem ao tema e ao objetivo dessa pesquisa. Nesse sentido, o direito ao luto se impõe como essa camada intermediária, que conecta o resultado de uma negligência sistêmica deliberada e a justiça por aqueles/as que não mereciam padecer por algo que poderia ter sido perfeitamente evitado.

“O que a vida lhe dava de oportunidades, ele agarrava. A luta não o intimidava. (Inumeráveis, 2020)³⁴”. A frase faz parte de um memorial digital dedicado às vítimas da Covid-19, um projeto que tenta reestabelecer o vínculo entre a vida, a morte, a memória e o luto. Para Silvio Almeida (2021) não se trata apenas de uma vulgarização da morte, a pandemia nos deixou com ainda mais medo dela, esvaziou todos os seus significados e sentidos. O autor explora a relação e os sentidos que atribuímos para vida e a morte, afirma ser através da política que a existência humana se projetou para além da reprodução biológica, se lançou as outras esferas da vida, das artes, da ciência, da ética. Por meio dela surgiram também as paixões, o amor, as contradições. “A política é o modo de enfrentamento de nossa fragilidade diante da natureza e da inevitabilidade da morte.” (ALMEIDA, 2021)

Assim, a reflexão sobre a morte é necessária pois, invariavelmente, estabelece um paralelo de valoração da vida, que é significada também pela forma que se trata politicamente a morte.

Símbolos, gestos, funerais e luto, rituais, portanto, mais do que dignificar quem morre, sinalizam para os vivos que suas existências são importantes e que toda ausência será sentida pela comunidade. Ao mesmo tempo em que a morte nos coloca diante de nossa própria finitude e incompletude, o luto, o abraço nos que choram e a preservação da

³⁴ Frase retirada do *site* Inumeráveis, uma proposta de memorial digital “dedicado a história de cada uma das vítimas do coronavírus no Brasil” (“Memorial Inumeráveis, Dedicado às Vítimas Do Coronavírus”, [s.d.])

memória ancestral nos conectam e nos lembram que todos fazemos parte do exercício de tentar construir algo em comum, algo chamado humanidade. (ALMEIDA, 2021)

Judith Butler chama a atenção para o mesmo problema, para entender a questão, recorre mais uma vez ao conceito de enquadramento, eles “que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos [...] não só organizam a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito” (BUTLER, 2015, p. 15). Como já exposto, não se trata de algo que não reconhecemos porque esta “fora” do enquadramento, há um certo desajuste no reconhecimento do que se entende como sujeito e vida, mesmo quando se opera dentro dos limites do que se enquadra visualmente. É por essa via que segundo Butler, produzimos comoção, de acordo com o que apreendemos como sujeito e vida passível de luto ou não.

Sem a condição de ser enlutada, não há vida, ou, melhor dizendo, há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida. Em seu lugar, “há uma vida que nunca terá sido vivida”, que não é preservada por nenhuma consideração, por nenhum testemunho, e que não será enlutada quando perdida. A apreensão da condição de ser enlutada precede e torna possível a apreensão da vida precária. A condição de ser enlutado precede e torna possível a apreensão do ser vivo como algo que vive, exposto a não vida desde o início. (BUTLER, 2015, p. 30)

Não dar importância para a perda, torna a vida sem valor, a possibilidade de luto é o pressuposto para que uma vida seja considerada importante. Assim sendo, o luto é um ato político, uma manifestação de indignação diante das injustiças, a oposição marcada contra as violências, um direcionamento da dor e da raiva por aqueles/as que lamentamos e se torna combustível para o motor das transformações políticas e estruturais. Por esse motivo é preciso enlutar-se também pelas perdas daquele/as que não conhecemos, que não estão no nosso círculo próximo e que sequer falam a nossa língua. É inadiável tirá-lo da esfera privada e manifestá-lo publicamente (BUTLER, 2020). Mas como mobilizar-se nesse momento em que quase tudo se voltou para o privado justamente por questões de segurança e preservação da vida. Condições essas que moldaram as formas tradicionais de reivindicação social e visibilidade.

A internet parece ter assumido esse espaço público de debate, as tecnologias móveis de comunicação se tornaram indissociáveis desses novos tempos. Creio como cientista social que não substituem as práticas de sociabilidade presenciais, todavia, se mostram importantes aliadas para insurgência de novos modos de sentir, ocupar e reivindicar. Principalmente, naquilo que cabe as fotografias e as imagens, como tenho tentado argumentar nesse trabalho.



Figura 10 – São Paulo, outubro de 2020 – Foto: Victor Moriyama

Por essa razão, em referência a Sontag, as fotografias parecem sim ser dotadas de uma capacidade transmitir a dor do outros e produzir avaliações críticas. Mas não só, quando propagadas, constroem, ampliam, dão continuidade a determinados acontecimentos, tornam-se “condição pública mediante a qual nos indignamos e construímos nossas visões políticas para incorporar e articular a indignação [...] por meio de sua relação com o futuro anterior, confere a qualidade de ser passível de luto” (BUTLER, 2015, p. 120). Quando o Brasil atingiu a

marca de 100 mil mortes em decorrência da pandemia, o fotógrafo Ricardo Moraes registrou na praia de Copacabana um protesto promovido pela Organização não Governamental (ONG) Rio de Paz³⁵, em solidariedade às vítimas e direcionado a esfera governamental que manifestara indiferença ao lidar com a crise e com a vida.

A manifestação que representava os mortos pela pandemia foi uma reivindicação pelo reconhecimento do luto público. Não surpreende que a ação foi prontamente desrespeitada³⁶ na praia do Rio de Janeiro por um grupo de pessoas, a hostilidade como resposta ao ato simbólico, potencializa e direciona a violência a grupos e vidas que não são consideradas merecedoras de proteção, direitos e comoção. No quadro governamental, parte fundamental pela gestão da vida, também não surpreende a demora e a falta de sensibilidade em prestar solidariedade³⁷, pois, manifestar publicamente o luto implicaria em ações efetivas para mitigar e impedir o alastramento da doença, significaria ainda reconhecer que o Estado legitima a prática de violência contra alvos privilegiados, contra aqueles/as que no seu enquadramento de poder não reconhece como sujeitos, como vidas passíveis de luto.

³⁵ (BORGES, 2020)

³⁶ (ALVES, 2020)

³⁷ "Vamos tocar a vida" disse Jair Bolsonaro quando o Brasil atingiu a marca de 100 mil mortos por coronavírus. (RODRIGUES et al., 2020)

Portanto, se o Estado e essa força que se utiliza do seu aparato e monopólio de poder para controlar a comoção e a memória, intervindo nos campos da percepção e nos regimes visibilidade com a finalidade de estruturar de antemão a nossa interpretação. Nada mais justo que os atos que reivindicam o luto, denunciam as injustiças e as disparidades da pandemia, sejam eternizados pela fotografia, talvez seja um dos elos para uma matriz interpretativa que defende a dignidade humana.



Figura 11 – Rio de Janeiro, agosto de 2020 – Foto: Ricardo Moraes

Recorro mais uma vez a Silvio Almeida, que julgo ser quem resumiu enfaticamente o papel institucional e político desse momento, em que os nossos modos e rituais de praticar o luto para celebrar a vida nos foram brutalmente tirados. Entendimento misturado com o sentimento de indignação, que compartilho e faço eco em aspas direta:

Nas mais diversas tradições religiosas, a relação com a morte pode ser de temor, mas sempre de respeito. O governo brasileiro não respeita a morte, o que demonstra que é um governo sem filosofia, sem ciência e sem religião. Bolsonaro nos retirou o direito de luto, nos deixou sem o direito de lidar com a morte como parte da vida. Sequer consegue aparentar tristeza ou calar-se diante da dor. Em muito esse homem contribuiu para que os brasileiros hoje tenham medo de viver, simplesmente porque também têm medo de morrer. O governo que vier a suceder essa infâmia que toma conta de nosso país terá que, além de fazer todo o exato oposto, ressignificar a morte para que a vida possa ser valorizada. *Um memorial terá que ser construído para todas as vítimas da Covid-19 e o país terá que viver seu luto.* (ALMEIDA, 2021, grifo meu)

3.2. Fotografia estético-política

Jacques Rancière (2005), assim como Walter Benjamin, entende como um fenômeno característico da sociedade de massas que haja um movimento de estetização da política, uma vez que a imagem midiática, assim como vimos, pode se tornar uma tecnologia eficaz para operar o poder. No entanto, Rancière diverge de Benjamin no que diz respeito aos desdobramentos da experiência estética politizada e os regimes de visibilidade. O autor inverte a equação benjaminiana ao afirmar que sempre houve na base da política uma estética primeira, o que ele chama de partilha do sensível, esse cerne da política que mantém o campo estético como lugar privilegiado para o pensamento crítico e onde as batalhas políticas de emancipação são travadas. Diferente de Benjamin, que via só após o surgimento, popularização e inserção das artes mecânicas – fotografia e cinema – no regime estético, essa possibilidade crítica e emancipação das classes “invisíveis” através das artes.

A partilha do sensível é, portanto, um sistema de evidências sensíveis, “um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência” (RANCIÈRE, 2005, p. 16), em suma, é a prática política imbricada com as práticas estéticas, configurando formas de visibilidade.

A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que se é visto, de quem tem competência para ver e a qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo. [...] Questão das práticas estéticas como forma de visibilidade. Práticas estéticas são maneiras de fazer que intervêm na distribuição geral das maneiras de fazer e nas suas relações com maneiras de ser e formas de visibilidade. (RANCIÈRE, 2005, p. 17)

Embora Rancière não tenha pensado especificamente sobre a fotografia documental no livro *A partilha do sensível*, ele identifica nas imagens esse potencial teor de reconfiguração da partilha do sensível, uma capacidade de revolução estética e conseqüentemente política, que irrompe com as hierarquias, com as lógicas de dominação e os regimes estéticos de visibilidade.

Nesse sentido, vimos na Figura 9 uma forma de insubordinação ao ordenamento do sensível, uma variedade de enquadramento que contraria os padrões de representação e questiona certas estruturas de poder, capaz de transformar o mapa do perceptível. Quando se trata de regimes de invisibilidade, os povos indígenas resistem há séculos aos sistemas de dominação que persistem em violentá-los, na tentativa de adequar a multiplicidade dos seus modos de vida aos interesses hegemônicos.

Para nos aproximar melhor da problemática em questão, aqui vale mais uma imersão em alguns dados que demonstram a grave situação no que diz respeito as populações indígenas durante a pandemia. Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib)³⁸, os dados divulgados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) vinculada ao Ministério da Saúde, apresentam divergências alarmantes em relação aos dados coletados de forma colaborativa entre a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). O estudo demonstrou que o impacto da Covid-19 nos povos indígenas da Amazônia é substancialmente mais grave em relação a outros povos e etnias. A taxa de mortalidade (número de óbitos a cada 100 mil habitantes) é 150% maior que a média brasileira e 20% mais alta do que a registrada somente na Região Norte. A taxa de letalidade é de 6,8% entre os indígenas infectados pela doença, enquanto a média brasileira é de 5%. (FELLOWS et al., 2020)

Outra importante pesquisa realizada em 133 cidades espalhadas por todos os estados do Brasil, coordenada pelo Centro de Pesquisas Epidemiológicas vinculado a Universidade Federal de Pelotas (UFPeL)³⁹, demonstrou que o problema não se restringe apenas aos indígenas da região amazônica; a proporção de infectados é maior mesmo entre os/as que não vivem em populações aldeadas; a análise que priorizou os centros urbanos apontou que 5,4% das pessoas que se autodeclararam indígenas testaram positivo para o novo coronavírus, enquanto nas demais etnias os números apresentam percentuais mais baixos: parda (3,1%); preta (2,5%); amarela (2,1%) e branca (1,1%).

Ao nos confrontar com os dados acima apresentados, como afirma a pesquisadora Helena Palmquist (2018) em sua dissertação de mestrado, “o tema não é novo nem raro”, se referindo a persistência do genocídio e etnocídio da população indígena brasileira e a invisibilidade histórica com que essas etnias e povos originários enfrentam em relação aos demais setores da sociedade.

Os termos genocídio e etnocídio – muito em pauta nos últimos meses de pandemia – são temas de extensas discussões e pesquisas no campo acadêmico que buscam diferenciar esses dois conceitos. Pierre Clastres (2004) em *Arqueologia da Violência*, explica que o termo genocídio passou a ser mais conhecido em decorrência do regime nazista e das atrocidades direcionadas ao povo judeu, e por isso, o conceito está muito bem enraizado no campo do Direito como um crime juridicamente reconhecido e passível de penalidade. Já o etnocídio, por

³⁸ (“Conselho Nacional de Saúde - Divergência de dados sobre Covid-19 na população indígena dificulta medidas efetivas de proteção”, 2020)

³⁹ (“Centro de Epidemiologia UfpeL || Pesquisas Epidemiológicas”, 2020)

estar mais ligado ao campo da cultura e da antropologia, sofre grande resistência por parte do meio jurídico e do Estado para ser reconhecido com uma forma de violência contra determinados povos e etnias. Apesar das importantes diferenças conceituais, Clastres afirma que se trata de um mesmo *modus operandi*:

Se o termo genocídio remete a ideia de “raça” e à vontade de extermínio de uma minoria racial, o termo etnocídio aponta não para a destruição física dos homens (caso em que se permaneceria na situação genocida), mas para a destruição de sua cultura. O etnocídio, portanto, é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito. Em ambos os casos, trata-se sempre da morte. (CLASTRES, 2004, p. 56)

Para Helena Palmquist (2018), tanto o genocídio como o etnocídio partilham de uma origem influenciada pela antropologia, pois, a negação do direito à vida de indivíduos étnica ou racialmente identificados, resulta não só negação da sua existência corporal e física, como também das suas práticas culturais que as identificam com determinado grupo humano. A diferença reside em um ponto, o etnocídio não foi enquadrado nas regulações legais, o que mantém até hoje comunidades étnicas vulneráveis aos poderes políticos-estatais.



Figura 12 – Manaus, junho de 2020 – Foto: Bruno Kelly

Diante desse cenário de crise sanitária e do inalterado complexo de negligências e omissões em relação aos povos originários. A foto ao lado, da técnica em enfermagem Vanda Ortega, indígena da etnia *Witoto*, circulou o mundo e produziu perturbação nos regimes de visibilidade.

O registro feito por Bruno Kelly, parece caracterizar a partilha do sensível que sugeria Rancière, já que a imagem articula diferentes tempos e espaços, é um gesto político capaz de “reconfigurar outras formas de subjetividades, pensatividades e dizibilidades” (VENUTO; GUIDOTTI, 2019, p. 5). Numa leitura particular e seguramente sem a pretensão de ser única, o olhar assertivo de Vanda

atravessa a objetiva⁴⁰ e a tela na qual visualizo a fotografia, interage de forma a produzir uma experiência estética politizada. O olhar me adverte sobre luta em pauta ao mesmo tempo que convida ao exercício da etnovisão, gera um deslocamento para “enxergar” a pandemia sob a perspectiva dos povos originários. Olhos que funcionam como janelas para as práticas indígenas, para outros modos de ver, enquadrar, de produzir a vida e de se organizar social e politicamente.

Para Rancière (2005), partilhar o sensível implica na existência de um comum e na disputa de lugares. A máscara utiliza por Vanda, com a frase “vidas indígenas importam” significa a partilha de um comum, inspirada no movimento antirracista “vidas negras importam”, que tomou o mundo em protesto após a morte cruel de George Floyd, homem negro assassinado por um policial nos Estados Unidos. A expressão aciona uma tática de ocupação política já estabelecida no regime de visibilidade e no jogo complexo das relações de poder, demonstra a insubordinação de um grupo social insatisfeito com os lugares e as estruturas tal como se encontram. O rosto pintado e o ornamento de penas indígena, além de manifestações culturais e artísticas provavelmente específicos a etnia *Witoto*, não escapam ao estereótipo clássico de representação do “índio”, construído pelo branco europeu e ainda muito reproduzido pelo pensamento colonizado.

Destaco este ponto específico para adensar a discussão, sem dúvida, Vanda tem conhecimento desse clichê “imagem do índio” hegemonicamente repetido, no entanto, se a fotografia for identificada pela chave do regime estético-político-artístico pensado por Rancière, não só a foto, como também o fotógrafo e a própria Vanda, são desobrigados a respeitar qualquer lógica dominante. A fotografia desvia do seu caráter documental e assume a liberdade de ser muito mais do que uma representação do real. (VENUTO; GUIDOTTI, 2019)

O real precisa ser ficcionado para ser pensado [...] A política e a arte, tanto quanto os saberes, constroem “ficções”, isto é, rearranjos materiais dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o que se faz e o que se pode fazer. (RANCIÈRE, 2005, p. 56-58)

Nesse sentido, a imagem quando apropriada pelos povos indígenas como ferramenta de resistência, parece ser justificável operar a linguagem fotográfica de uma forma crítica se utilizando dos seus próprios clichês (DIDI-HUBERMAN, 2012). Ademais, soa estratégico em um momento tão crítico como esse, disputar e habitar os espaços dentro dos regimes de visibilidade dominantes, recorrendo aos estereótipos criados pelos mesmos que produziram a

⁴⁰ Inspirado no fotógrafo indígena Edgar Kanaykō Xakri

pandemia. “É sempre uma distribuição polêmica das maneiras de ser e das “ocupações” num espaço de possíveis”, nos lembra Rancière (2005, p. 63), que entende como uma nova produção da partilha do sensível, o ato conjunto de fabricar e de tornar visível, criando novas dinâmicas entre o fazer e o ver.

Como dito, a foto que retrata Vanda Ortega feita pelo fotógrafo Bruno Kelly, foi extensivamente compartilhada, proliferou rapidamente e ocupou áreas diversificadas do ciberespaço. Talvez justamente pelos seus clichês, mas não só, ela é carregada de dimensões estéticas, poéticas, artísticas, políticas, sensíveis; se movimenta entre o visível e o invisível. Desse entrelaçamento de sentidos, a fotografia possivelmente foi parte de fundamental importância para (re)configurar a realidade da etnia *Witoto*, que desamparada pelo Estado durante a pandemia, Vanda Ortega conseguiu arrecadar doações e montar um hospital de campanha para o povo ao qual pertence⁴¹. Além do mais, foi convidada para ser a primeira pessoa a receber a vacina no estado do Amazonas, outro ato de importância simbólica para os regimes de visibilidade que já debatemos anteriormente nesse texto.

⁴¹ “A técnica de enfermagem indígena que montou hospital de campanha com doações em Manaus” (ALBUQUERQUE, 2021)

4. Conclusão que não se encerra

Roland Barthes (1984) afirma que a fotografia é sempre um testemunho seguro, contudo, ela só pode constatar que “isso foi”. Parto dessa expressão barthesiana e amparado pelo que discutimos até aqui para apontar algumas dificuldades em produzir ciência em meio a essa crise sanitária, política, social e econômica. Dificuldade de ter que fechar esse texto, olhar para essa pesquisa e para as fotografias nela contida, e não poder dizer que “isso foi”. Mesmo que caia no pessimismo que talvez seja difícil de evitar nesse momento, é uma conclusão que não se encerra porque soa mais coerente com o que se discutiu nesse trabalho, porque parece impossível encerrar as questões trazidas e, principalmente, o tema que me inquietou a produzir essa pesquisa, a pandemia da Covid-19 infelizmente parece longe do fim. No entanto, alguns apontamentos se fazem necessários.

Sem a pretensão de propor interpretação ou leitura única para as fotografias utilizadas no decorrer dessa pesquisa, tampouco, oferecer certa utilidade como problematizava Susan Sontag. Elas me serviram como interlocutoras privilegiadas da pandemia. Busquei ampliar o espectro de reflexões possíveis das fotografias documentais, gênero conhecido por se afastar da fotografia como arte na tentativa de representar apenas o “real”. Peso representacionista que muitas vezes esvazia de compreensão e sentido uma imagem. Ainda assim, por considerar a pandemia um problema factual e por uma responsabilidade concreta como pesquisador, movido por uma perspectiva materialista histórica, procurei oferecer uma interpretação em diálogo ativo com essas fotografias. Para tal, ao acionar a antropologia e os/as teóricos/as da imagem aqui referenciados, abriu-se frutíferos caminhos que aprofundaram a análise dessas fotos que – inspirado na tese VII de Walter Benjamin (2020) – entendo como documentos históricos da barbárie.

A pandemia foi abordada como parte de um complexo dispositivo que o Estado brasileiro se utiliza para operar poder, o aparatos-teóricos de Michel Foucault e Judith Butler, foram os eixos centrais para entender essa relação corpo, poder, Estado, sociedade e meio ambiente. A entusiasmada retórica de guerra invocada pelos governantes normaliza que vidas sejam perdidas nesse percurso, sacrificadas pelo bem da nação. Entretanto, como vimos, a distribuição das mortes durante a pandemia se dá de forma direcionada, o Estado brasileiro, na figura de Jair Bolsonaro, está promovendo um genocídio aos/às vulnerabilizados/as, não há incompetência ou falha estratégica, a própria estratégia é a disseminação do vírus. Segundo a pesquisadora e jurista Deisy Ventura, há uma política pensada em curso que pode ser tipificada legalmente como genocídio. Por ser sistematizada e com intencionalidade, priva o acesso a

alimentos, medicamentos, máscaras e recursos para parte da população, ao mesmo tempo que estimula curas “milagrosas” ineficazes, práticas de uma política de extermínio deliberada (ASANO et al., 2021).

No campo da imagem, minha finalidade ao pensar criticamente uma cultura visual em tempos de pandemia, foi justamente por ela passar por esse processo deliberado, de intencionalidade nos enquadramentos (no sentido amplo de Butler) coercitivos, que regem a normatividade entre aquilo que pensamos ver e compreender naturalmente.

Recorrendo aos/às teóricos/as dos mais variados campos, às análises de dados estatísticos da pandemia, tencionei produzir com rigor científico alguns entendimentos que auxiliem para que estejamos ainda mais munidos no enfrentamento das violências de um regime capitalista racial, ecocída e ainda colonial. Em concordância com Lilia Schawrcz e Heloisa Starling (2020), ao contrário dos vírus, para intolerância e preconceito ainda não há vacina.

Por fim, diante dos números que ficam entorno das mais de 3 mil mortes diárias, a ênfase dada ao luto não é por acaso, que ele nos mova a transformação política.

Ronaldo Entler (2012) afirma que é contra o esquecimento que a imagem ganhou espaço no mundo, entendimento que faço coro nesse momento. E como essa pesquisa se situa no campo da imagem, não poderia deixar de finalizar esse texto com uma fotografia que deixo nas palavras do cientista social e fotógrafo indígena, Edgar Kanaykõ Xakriabá (Edgar Nunes Corrêa), e para o/a leitor/a, as possíveis conexões.

“A fotografia fala, se preciso também grita. A fotografia se cala, conduz e anuncia, revela e relata, se necessário denuncia. Por muito tempo vivemos o ponto forte da oralidade, hoje ela se fortalece com a escrita e se embeleza com a imagem. Ela atravessa os olhos dos povos indígenas, a imagem que revela cada especificidade, no mais simples da simplicidade. A fotografia revela o ser, fortalece o saber e, principalmente, ensina a aprender. Eu sou indígena que veio ao mundo para lutar. Vivo de um olhar inspirado por meus antepassados e daqueles que um dia irão chegar.” (CORRÊA, 2019, p. 114)



Figura 13 – Manaus, maio de 2020 – Foto: Bruno Kelly

Referências bibliográficas

10 momentos inspiradores da década . Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/12/os-10-momentos-mais-inspiradores-da-decada.shtml>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. 1. ed. [s.l.] Zahar, 1985.

ALBUQUERQUE, L. **A técnica de enfermagem indígena que montou hospital de campanha com doações em Manaus - BBC News Brasil**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56120541>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

ALMEIDA, C.; LUCHMANN, L.; MARTELLI, C. A pandemia e seus impactos no Brasil. **Middle Atlantic Review of Latin American Studies**, v. 4, n. 1, p. 20, 2020.

ALMEIDA, S. L. DE. **Racismo estrutural**. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2019.

ALMEIDA, S. **A morte e a política**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/silvio-almeida/2021/03/a-morte-e-a-politica.shtml>>. Acesso em: 7 mar. 2021.

ALVES, R. **Homens invadem ato no Rio e um deles derruba cruzeiros que lembram mortos pela Covid**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/11/grupo-ataca-manifestacao-que-lembra-mortos-pela-covid-19-no-rio.ghtml>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

ARAÚJO, E. M. DE et al. Morbimortalidade pela COVID-19 segundo raça/cor/etnia: a experiência do Brasil e dos Estados Unidos. **Saúde em Debate**, v. (no prelo), p. 20, 2020.

ASANO, C. et al. Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil. v. 10, p. 42, 2021.

AUGUSTO, A. **guerra e pandemia: produção de um inimigo invisível contra a vida livre | N-1 Edições**. Disponível em: <<https://www.n-1edicoes.org/textos/51>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

BARBOSA, A. **São Paulo Cidade Azul: Ensaio sobre as imagens da cidade no cinema paulista dos anos 1980**. São Paulo: Alameda, 2012.

BARBOSA, A. et al. **A experiência da imagem na etnografia**. São Paulo: Terceiro Nome, 2016.

BARBOSA, A.; CUNHA, E. **Antropologia e Imagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BARIFOUSE, R. **CoronaVac: os quatro países além do Brasil que planejam usar a vacina contra covid-19** . Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55224934>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

BARTHES, R. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENJAMIN, W. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. de bolso ed. [s.l.] LPM, 2018.

BENJAMIN, W. **Sobre o conceito de História: edição crítica**. [s.l.] Alameda Editorial, 2020.

BERTONI, E. **Quais os efeitos do acúmulo de vacinas em países ricos** | Nexo Jornal. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/12/26/Quais-os-efeitos-do-acumulo-de-vacinas-em-paises-ricos>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

BERTONI, E. **O segundo colapso de Manaus na pandemia da covid-19**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/01/11/O-segundo-colapso-de-Manaus-na-pandemia-da-covid-19>>. Acesso em: 18 mar. 2021a.

BERTONI, E. **‘Quem propaga armas sabe quais são os corpos que morrem’**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2021/02/07/Quem-propaga-armas-sabe-quais-sao-os-corpos-que-morrem>>. Acesso em: 18 mar. 2021b.

BERTONI, E. **Os erros que tornaram o Brasil um caso único na pandemia** | Nexo Jornal. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/02/25/Os-erros-que-tornaram-o-Brasil-um-caso-unico-na-pandemia>>. Acesso em: 27 fev. 2021c.

BORGES, N. **Rio de Paz faz manifestação em Copacabana em memória aos quase 100 mil brasileiros mortos pela Covid-19**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/08/rio-de-paz-faz-manifestacao-em-copacabana-em-memoria-aos-quase-100-mil-brasileiros-mortos-pela-covid-19.ghtml>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

BRASIL, I. DE PESQUIAS ESPACIAIS. **Home — Programa Queimadas**. Disponível em: <<http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

BRETON, D. LE. **Antropologia dos sentidos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BUENO, W. DE C. **PROCESSOS DE RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NO PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO: Uma possibilidade de leitura da obra Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, And The Politics Of Empowerment (2009) a partir do conceito de imagens de control**. [s.l.] Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, 2019.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Judith Butler: O luto é um ato político em meio à pandemia e suas disparidades**. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Judith-Butler-O-luto-e-um-ato-politico-em-meio-a-pandemia-e-suas-disparidades/6/47390>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CARROLL, D. et al. The Global Virome Project. **Science**, v. 359, n. 6378, p. 872–874, 2018.

CARVALHO, D.; CANCIAN, N. **Governo rejeitou 70 milhões de doses da Pfizer, das quais 3 milhões poderiam já ter sido aplicadas**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/03/governo-negou-3-vezes-ofertas-da-pfizer-e-perdeu-ao-menos-3-milhoes-de-doses-de-vacina.shtml>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

CASTRO, R. **Observatório Covid-19 aponta maior colapso sanitário e hospitalar da história do Brasil**. Disponível em: <<https://agencia.fiocruz.br/observatorio-covid-19-aponta-maior-colapso-sanitario-e-hospitalar-da-historia-do-brasil>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

Centro de Epidemiologia Ufpel || Pesquisas Epidemiológicas. Disponível em: <http://epidemiologia-ufpel.org.br/site/content/sala_imprensa/noticia_detalhe.php?noticia=3128>. Acesso em: 11 fev. 2021.

CHARLEAUX, J. P. **‘É a mudança mais radical do mundo na lei de armas’**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/02/19/É-a-mudança-mais-radical-do-mundo-na-lei-de-armas>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

CHRISTENSEN, J. **“O impossível não é impossível”: a produção de vacinas Covid-19 em tempo recorde**. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/03/05/o-impossivel-nao-e-impossivel-a-producao-de-vacinas-covid-19-em-tempo-recorde>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

CLASTRES, P. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. [s.l.] Cosac Naify, 2004.

COLLIER, J. **Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa**. São Paulo: EPU - Editora pedagógica e universitária Ltda., 1973.

Com quase metade dos ministros, militares já são 2,9 mil no governo. Onde vai Bolsonaro? Disponível em: <<https://www.sintrajufe.org.br/ultimas-noticias-detalle/17335/com-quase-metade-dos-ministros-militares-ja-sao-2-9-mil-no-governo-onde-vai-bolsonaro>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

Conselho Nacional de Saúde - Divergência de dados sobre Covid-19 na população indígena dificulta medidas efetivas de proteção. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1357-divergencia-de-dados-sobre-covid-19-na-populacao-indigena-dificulta-medidas-efetivas-de-protecao>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

CORRÊA, E. N. (EDGAR K. X. **Etnovisão: o olhar indígena que atravessa a lente**. [s.l.] Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

CRUZ, I. **Como Bolsonaro responde ao pior momento da pandemia | Nexo Jornal**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/02/27/Como-Bolsonaro-responde-ao-pior-momento-da-pandemia>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

DATASUS - SIM - Sistema de Informação sobre Mortalidade. Disponível em: <<http://sim.saude.gov.br/default.asp>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

Despejos e remoções dobram em SP na pandemia. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2020/08/03/numero-de-remocoes-e-despejos-dobram-em-sp-na-pandemia.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

DIDI-HUBERMAN, G. Quando as imagens tocam o real (Tradução de Patrícia Carmello e Vera Casa Nova). **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**, v. 2, n. 4, p. 204–219, 2012.

Em SP, um terço dos adultos teve Covid; taxa sobe a quase 40% entre negros. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/02/em-sp-um-terco-dos-adultos-tiveram-covid-taxa-sobe-a-quase-40-entre-negros.shtml?utm_source=mail&utm_medium=social&utm_campaign=compmail>. Acesso em: 7 fev. 2021.

ENTLER, Ronaldo "Um pensamento de lacunas, sobreposições e silêncios" IN SAMAIN, E. (ORG.). **Como pensam as imagens**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012 p. 133-150.

EURONEWS. **Vacina recorde no Reino Unido é possível “graças ao Brexit”** . Disponível em: <<https://pt.euronews.com/2020/12/03/vacina-recorde-no-reino-unido-e-possivel-gracas-ao-brexit>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

FANON, F. **Peles negras, máscaras brancas**. Nova tradu ed. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FBSP. **Violência doméstica durante a pandemia** Violência doméstica durante a pandemia. **Forum Brasileiro De Segurança Publica**, v. ED.3, p. 13, 2020.

FELLOWS, M. et al. **NÃO SÃO NÚMEROS, SÃO VIDAS! Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) Elaboração**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://saudeindigena.saude.gov.br/>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

Folha informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

Fotografia documental | Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo14342/fotografia-documental>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Historia da sexualidade I: a vontade saber; tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhaon Albuquerque**. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

GAGLIONI, C. **Os temores em torno dos novos decretos de armas de Bolsonaro**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/02/15/Os-temores-em-torno-dos-novos-decretos-de-armas-de-Bolsonaro>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

IBGE divulga estimativa da população dos municípios para 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28668-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para-2020>>. Acesso em: 7 abr. 2021.

KALACHE, A. et al. Envelhecimento e desigualdades : políticas de proteção social aos idosos em função da Pandemia Covid-19 no Brasil. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol**, v. 23, n. 6, p. 1–3, 2020.

KATSNELSON, A. **How do viruses leap from animals to people and spark pandemics?** Disponível em: <<https://cen.acs.org/biological-chemistry/infectious-disease/How-do-viruses-leap-from-animals-to-people-and-spark-pandemics/98/i33>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

LAPORTA, G. Z.; PRIST, P. R. **A relação entre zoonoses e o meio ambiente explicada em 6 pontos | Nexo Políticas Públicas.** Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/perguntas-que-a-ciencia-ja-respondeu/2020/A-relação-entre-zoonoses-e-o-meio-ambiente-explicada-em-6-pontos>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

LIS, L.; G1. **Governo Bolsonaro mais que dobra número de militares em cargos civis, aponta TCU.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/17/governo-bolsonaro-tem-6157-militares-em-cargos-civis-diz-tcu.ghtml>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** 2001. ed. Porto Alegre: L&PM, 1848.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra.** 3. ed. São Paulo: n-1, 2018.

Memorial Inumeráveis, Dedicado às Vítimas Do Coronavírus. Disponível em: <<https://inumeraveis.com.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

MENEZES, A. P. DO R.; MORETTI, B.; REIS, A. A. C. DOS. O futuro do SUS: impactos das reformas neoliberais na saúde pública – austeridade versus universalidade. **Saúde em Debate**, v. 43, n. spe5, p. 58–70, 2019.

Metade das mulheres passou a cuidar de alguém na pandemia, revela pesquisa. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/metade-das-mulheres-passou-cuidar-de-alguem-na-pandemia-revela-pesquisa>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MOREIRA, L. E. et al. Mulheres Em Tempos De Pandemia: Um Ensaio Teórico-Político Sobre a Casa E a Guerra. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, p. 1–19, 2020.

MUNIZ, B. et al. **Brasil registra duas vezes mais pessoas brancas vacinadas que negras .** Disponível em: <<https://apublica.org/2021/03/brasil-registra-duas-vezes-mais-pessoas-brancas-vacinadas-que-negras/>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

NATALINO, M. ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL (SETEMBRO DE 2012 A MARÇO DE 2020). **IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, v. 73, 2020.

NITAHARA, A. **Coronavírus chegou ao Brasil pela Europa, América do Norte**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/coronavirus-chegou-ao-brasil-pela-europa-america-do-norte-e-oceania>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

PALMQUIST, H. **Questões sobre genocídio e etnocídio indígena: a persistência da destruição**. [s.l.: s.n.].

PAULA, L. DE; LOPES, A. C. S. A eugenia de Bolsonaro: leitura Bakhtiniana de um projeto de holocausto à brasileira. **Revista Linguagem**, v. 35, p. 35–76, 2020.

PNAD COVID19 | IBGE. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PRADO, M. F. et al. Análise da subnotificação de COVID-19 no Brasil. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, v. 32, n. 2, p. 224–228, 2020.

Primeira vacinada do país, enfermeira Mônica Calazans ajuda a salvar vidas em SP. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/noticias-coronavirus/primeira-vacinada-do-pais-enfermeira-monica-calazans-ajuda-a-salvar-vidas-em-sp/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

RABINOW, P.; ROSE, N. O Conceito De Biopoder Hoje. **Revista De Ciências Sociais - Política & Trabalho**, v. 24, n. 0, p. 27–57, 2006.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Ed. 34, 2005. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva - Home Page**. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-507X&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 fev. 2021.

ROCHA, C. A **‘boiada’ que foi passada na pandemia. E a sua repercussão | Nexo Jornal**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/05/26/A-‘boiada’-que-foi-passada-na-pandemia.-E-a-sua-repercussão>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

RODRIGUES, M. et al. **“Vamos tocar a vida”, diz Bolsonaro sobre país atingir a marca de 100 mil mortos por coronavírus**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/08/06/vamos-tocar-a-vida-diz-bolsonaro-sobre-pais-atingir-a-marca-de-100-mil-mortos-por-coronavirus.ghtml>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SAFATLE, V. **Bem vindo ao estado suicidário | N-1 Edições**. Disponível em: <<https://www.n-1edicoes.org/textos/23>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SAMAIN, E. (ORG. . **Como pensam as imagens**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

SANTOS, B. DE S. **A cruel pedagogia do vírus**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

SARMENTO, C. **Boris Johnson ganha fôlego político com otimismo da população britânica a autorização da vacinação contra Covid-19**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/boris-johnson-ganha-folego-politico-com-otimismo-da-populacao-britanica-autorizacao-da-vacinacao-contracovid-19-1-24777773>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

SCHWARCZ, L.; STARLING, H. **A balarina da morte: a gripe espanhola no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Senado aprova registro étnico-social com dados de pacientes de covid-19 — Senado Notícias. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2020/08/senado-aprova-registro-etnico-social-com-dados-de-pacientes-de-covid-19>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SILVA, C. **sete verbos para se conjugar o morar | N-1 Edições**. Disponível em: <<https://www.n-1edicoes.org/textos/82>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

SILVA, W. M. F. DA; RUIZ, J. L. DE S. A centralidade do SUS na pandemia do coronavírus e as disputas com o projeto neoliberal. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 3, p. 1–8, 4 set. 2020.

SIMÕES, M. **Primeira morte do Rio por coronavírus, doméstica não foi informada de risco de contágio pela “patroa”**. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/03/primeira-morte-do-rio-por-coronavirus-domestica-nao-foi-informada-de-risco-de-contagio-pela-patroa/>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

SONTAG, S. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SONTAG, S. **Doença como metáfora / Aids e suas metáforas**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SOUZA, C.; ZANLORENSSI, G.; GOMES, L. **200 mil mortes: mais um marco da pandemia no Brasil**. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/grafico/2021/01/07/200-mil-mortes-mais-um-marco-da-pandemia-no-Brasil>>. Acesso em: 7 fev. 2021.

TADDEI, R. **Os desastres em uma perspectiva antropológica**. Disponível em: <<https://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=121&id=1469>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

TADDEI, R. **Meteorologistas e profetas da chuva: conhecimentos, práticas e políticas da atmosfera**. São Paulo: Terceiro Nome, 2017.

TREZZI, H. **Bolsonaro terá tantos militares no ministério quanto Costa e Silva em 1967**. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/12/bolsonaro-tera-tantos-militares-no-ministerio-quanto-costa-e-silva-em-1967-cjpep066l02n901rx9l1y8x35.html>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

UOL. **“Não compraremos vacina chinesa”, diz Bolsonaro**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/10/21/bolsonaro-responde-a-criticas-sobre-vacina-chinesa-nao-sera-comprada.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Veja 10 vezes em que Bolsonaro criticou a CoronaVac. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/veja-10-vezes-em-que-bolsonaro-criticou-coronavac-24843568>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

VELASCO, C. **Raio X do saneamento no Brasil: 16% não têm água tratada e 47% não têm acesso à rede de esgoto | Economia | G1.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/24/raio-x-do-saneamento-no-brasil-16percent-nao-tem-agua-tratada-e-47percent-nao-tem-acesso-a-rede-de-esgoto.ghtml>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

VENUTO, R. G.; GUIDOTTI, F. G. Contribuições de Jacques Rancière para reflexões em torno do fotojornalismo contra-hegemônico: análise de uma fotografia do C.H.O.C Documental. p. 1–15, 2019.

VICK, M. **Por que a pandemia afeta mais profissionais de saúde negras.** Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/12/20/Por-que-a-pandemia-afeta-mais-profissionais-de-saude-negras>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

WHO Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard. Disponível em: <<https://covid19.who.int/>>. Acesso em: 11 fev. 2021.